

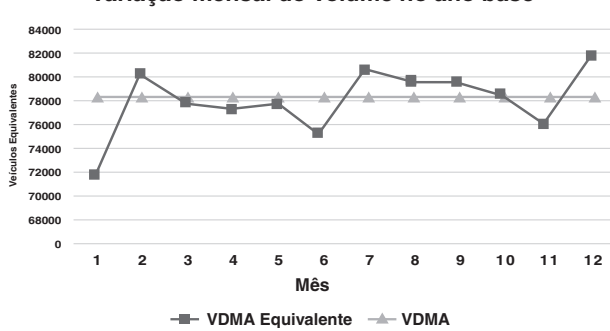
CONCESSIONÁRIA PONTE RIO-NITERÓI S.A. - ECOPONTE
CNPJ/MF nº 22.163.297/0001-49 - NIRE 33.300.315.993

Relatório da Administração 2022

Volume de tráfego (veículos equivalentes pagantes x mil)	2022	2021	Var.
Leves	24.264	23.528	3,1%
Pesados	4.365	4.272	2,2%
Total	28.629	27.800	3,0%

Nota: Veículo equivalente é uma unidade básica de referência em estatísticas de cobrança de pedágio no mercado brasileiro. Veículos leves, tais como carros de passeio, correspondem a uma unidade de veículo equivalente. Veículos pesados, como caminhões, e ônibus são convertidos em veículos equivalentes por um multiplicador aplicado sobre o número de eixos do veículo, conforme estabelecido nos termos de cada contrato de concessão. Caracterização do Tráfego: A Companhia apresenta no quadro abaixo o volume diário médio equivalente por mês no ano de 2021, VDM (volume diário médio) e VDMA (volume diário médio anualizado), respectivamente.

Variação mensal do volume no ano base



Tarifa e tarifa média: A tarifa média por veículo equivalente pagante apresentou crescimento de 13,8% em 2022.

Tarifa Média (em R\$)	2022	2021	Var.
Ecoponte	5,42	4,76	13,8%

Em julho de 2022, foi aplicado o reajuste das tarifas de pedágio da Ecoponte com aumento de 22,5% devido à variação do IPCA e à incidência dos Fatores D, C e Q. A tabela abaixo apresenta os valores referentes às tarifas praticadas em cada praça de pedágio, por categoria de veículo em 31 de dezembro de 2022:

Introdução: A Concessionária Ponte Rio-Niterói S.A. apresenta a seguir o relatório das principais atividades referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, em conjunto com as Demonstrações Contábeis elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e de acordo com as normas e pronunciamentos da Comissão de Valores Mobiliários - CVM. As comparações, exceto onde indicado o contrário, referem-se ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021. **Companhia:** A Concessionária Ponte Rio-Niterói S.A. - Ecoponte ("Ecoponte" ou "Companhia"), foi constituída em 24 de março de 2015, e tem por objeto social a exploração de concessão rodoviária da BR-101/RJ: Trecho Acesso à Ponte Presidente Costa e Silva (Niterói) - Entr. RJ-071 (Linha Vermelha), "Ponte Rio-Niterói", mediante concessão federal, incluindo a exploração de receitas acessórias. A sede da Companhia fica localizada na Travessa Mário Neves, nº 1, Ilha da Conceição, Niterói/RJ. Em 18 de maio de 2015, a Ecoponte assinou o contrato de concessão para a exploração da infraestrutura e da prestação de serviço público de operação, manutenção, monitoração e conservação e implantação de melhorias do sistema rodoviário, mediante a cobrança de tarifa de pedágio, no prazo de 30 anos, a contar de 1º de junho de 2015. **Destaques operacionais e financeiros:** O volume de tráfego atingiu 28.629 mil veículos equivalentes pagantes em 2022 (+3,0%). A receita líquida atingiu R\$175,2 milhões em 2022 (+8,1%). A receita líquida ajustada (excluindo a receita de construção) totalizou R\$149,6 milhões em 2022 (+16,3%). O EBITDA ajustado² totalizou R\$99,4 milhões em 2022 (+22,8%) e a margem EBITDA ajustada², 66,5%.

Destaques (em milhões de R\$)	2022	2021	Var.
Volume de tráfego ¹	28.629	27.800	3,0%
Tarifa Média	5,42	4,76	13,8%
Receita líquida	175,2	162,1	8,1%
EBITDA Ajustado ²	99,4	81,0	22,8%
Margem EBITDA Ajustada ²	66,5%	63,0%	3,5 p.p.
Capex	32,7	67,0	-51,1%

¹ Em milhares de veículos equivalentes pagantes.

² Exclui receita e custo de construção e provisão para manutenção.

Volume de tráfego: O volume de tráfego em veículos equivalentes pagantes totalizou 28.629 mil em 2022, aumento de 3,0% em relação aos 27.800 mil em 2021. O tráfego de veículos leves apresentou aumento de 3,1% e o tráfego de veículos pesados apresentou aumento de 2,2%, devido à flexibilização das regras de isolamento social no combate à Covid-19 em função da evolução dos programas e campanhas de vacinação.

Praça de Pedágio	Cobrança R\$	Valor da tarifa por praça de pedágio em (em R\$)												
		Categoria de veículo												
1		6,00	12,00	9,00	18,00	12,00	24,00	30,00	36,00	3,00	42,00	48,00	Especial	54,00

Receita bruta: A receita bruta totalizou R\$189,4 milhões em 2022, aumento de 8,7% em relação ao ano anterior devido, principalmente, ao maior volume de tráfego e ao reajuste tarifário. As deduções sobre a receita bruta somaram R\$14,1 milhões, aumento de 16,0% em relação a 2021. **Receitas de Pedágio:** R\$155,4 milhões em 2022, aumento de 17,4%, devido, principalmente, ao maior volume de tráfego causado pela flexibilização das regras de isolamento social no combate à COVID-19 e ao reajuste tarifário; **Receitas Acessórias:** R\$8,3 milhões em 2022, redução de 1,4%, em função da redução dos contratos do uso da faixa de domínio. **Receita de Construção:** R\$25,6 milhões em 2022, redução de 23,4%, devido ao menor volume de obras no período.

Receita Bruta (em milhões de R\$)	2022	2021	Var.
Receitas de Pedágio	155,4	132,4	17,4%
Receitas Acessórias	8,3	8,5	-1,4%
Receita de Construção	25,6	33,5	-23,4%
Total	189,4	174,3	8,7%

O quadro abaixo demonstra a receita bruta da Companhia no ano base deste relatório, juntamente com o valor da receita acumulada desde o início da concessão. O valor acumulado de R\$1.858,0 milhões correspondente à receita obtida com pedágios e outras fontes de receitas complementares, extraordinárias, alternativas ou provenientes de projetos associados desde o início da concessão até 31 de dezembro de 2022. Para mais informações sobre Receita líquida, vide Nota Explicativa nº 22 das Demonstrações Financeiras da Companhia.

Receita Bruta (em milhões de R\$)	2022	2021	Acumulado até 2020
Receitas de Pedágio	155,4	132,4	779,0
Receitas Acessórias	8,3	8,5	53,9
Receita de Construção	25,6	33,5	661,5
Total	189,4	174,3	1.494,4

Custos e despesas operacionais: Os custos e despesas operacionais totalizaram R\$91,8 milhões em 2022, redução de 6,8% em relação a 2021. Desconsiderando o custo de construção, provisão para manutenção, depreciação e amortização, os custos caixa atingiram R\$50,3 milhões, aumento de 5,7%. As principais variações foram:

Custos e despesas operacionais (em milhões de R\$)	2022	2021	Var.
Pessoal	17,0	15,7	8,1%
Conservação e manutenção	6,2	5,3	16,1%
Serviços de terceiros	15,5	14,1	9,8%
Seguros, Poder Concedente e locações	6,3	6,2	1,9%
Outros	5,4	6,4	-14,6%
Custos caixa	50,3	47,6	5,7%
Depreciação e amortização	19,7	18,3	7,7%
Provisão manutenção	(3,9)	(1,0)	n.m.
Custo de construção de obras	25,6	33,5	-23,4%
TOTAL	91,8	98,4	-6,8%

Pessoal: R\$17,0 milhões em 2022, aumento de 8,1%, devido, principalmente, ao aumento com provisões para reclamações trabalhistas e participações nos resultados (PLR). **Conservação e Manutenção:** R\$6,2 milhões em 2022, aumento de 16,1%, principalmente em função dos custos com limpeza manual. **Serviços de terceiros:** R\$15,5 milhões em 2022, aumento de 9,8%, devido, principalmente, ao incremento nos serviços de consultorias administrativas, financeiras, de recursos humanos, de tecnologia da informação, de compras corporativas e de engenharia prestados pela controladora EcoRodovias Concessões e Serviços. **Seguros, Poder Concedente e Locações:** R\$6,3 milhões em 2022, aumento de 1,9%, principalmente devido ao reajuste da Taxa de Fiscalização do Poder Concedente e o aumento dos custos com seguros. **Outros:** R\$5,4 milhões em 2022, diminuição de 14,6% devido, principalmente, à redução de provisão de multas administrativas. **Depreciação e Amortização:** R\$19,7 milhões em 2022, aumento de 7,7% devido a maior base de ativos. **Provisão para manutenção:** R\$3,9 milhões credor em 2022, redução de R\$2,9 milhões, devido à adequação do cronograma para ciclos futuros de manutenção. **Custo de construção:** R\$25,6 milhões em 2022, redução de 23,4% devido ao menor volume de obras. O quadro abaixo demonstra os custos operacionais e despesas administrativas da Companhia no ano base deste relatório, juntamente com o valor acumulado desde o início da concessão. O valor acumulado de R\$1.257,6 milhões corresponde aos custos operacionais e despesas administrativas desde o início da concessão até 31 de dezembro de 2022.

Custos e despesas operacionais (em milhões de R\$)	2022	2020	Acumulado até 2020
Custos	91,8	98,4	1.067,4

Para mais informações sobre os custos e despesas operacionais, vide Nota Explicativa nº 23 das Demonstrações Financeiras da Companhia. **EBITDA:** Em 2022, o EBITDA¹ totalizou R\$103,3 milhões. O EBITDA ajustado², excluindo receita e custo de construção e provisão para manutenção, totalizou R\$99,4 milhões (margem EBITDA Ajustada² de 66,5%), aumento de 22,8% em relação a 2021.

EBITDA (em milhões de R\$)	2022	2021	Var.
Lucro líquido	34,4	14,6	135,2%
Depreciação e amortização	19,7	18,3	7,7%
Resultado Financeiro	33,8	41,3	-18,0%
Imposto de renda e contribuição social	15,4	7,8	99,0%
Receita de Construção	25,6	33,5	-23,4%
Custo de Construção	(25,6)	(33,5)	-23,4%
EBITDA¹	103,3	82,0	26,1%
Margem EBITDA ¹	59,0%	50,6%	8,4 p.p.
Provisão para manutenção ²	(3,9)	(1,0)	n.m.
EBITDA Ajustado²	99,4	81,0	22,8%
Margem EBITDA Ajustada ²	66,5%	63,0%	3,5 p.p.

¹ Cálculo realizado de acordo com a Resolução CVM nº 156, de 23 de junho de 2022.

² A provisão para manutenção é ajustada, pois se refere a estimativa de gastos futuros com manutenção periódica na rodovia.

³ Exclui receita e custo de construção e provisão para manutenção.

Resultado financeiro: O resultado financeiro líquido foi negativo em R\$33,8 milhão, o que representa uma redução das despesas financeiras no montante de R\$7,4 milhões em relação aos R\$41,3 milhões negativos em 2021. Essa variação ocorreu devido, principalmente, ao aumento da receitas de aplicações financeiras e a variação monetária das debêntures positiva em função da redução do IPCA.

Resultado Financeiro (em milhões de R\$)	2022	2021	Var.
Juros sobre debêntures	(12,3)	(11,7)	5,7%
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(22,3)	(19,6)	13,4%
Varição monetária sobre debêntures	(15,4)	(25,2)	-38,9%
Varição monetária sobre empréstimos e financiamentos	(1,8)	-	n.m.
Amortização de custos sobre debêntures	(1,4)	(1,3)	0,4%
Ajuste a valor presente sobre provisão para manutenção	(2,3)	(3,1)	-25,2%
Juros Capitalizados	4,8	14,9	-68,0%
Receitas de aplicações financeiras	18,5	6,0	n.m.
Outros efeitos financeiros	(1,7)	(1,2)	40,0%
TOTAL	(33,8)	(41,3)	-18,0%

Lucro líquido: Em 2022, a Ecoponte apresentou lucro líquido de R\$34,4 milhões, aumento de R\$19,7 milhões em relação a 2021. **Disponibilidade Financeira e Endividamento:** A Ecoponte encerrou dezembro de 2022 com saldo distribuído entre caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras de curto e longo prazo no montante de R\$164,8 milhões e dívida bruta, composta por financiamentos do BNDES e debêntures, no valor de R\$505,6 milhões, sendo 95,3% dos vencimentos no longo prazo. A dívida com poder concedente era de R\$0,4 milhão e o saldo com passivo de arrendamento era de R\$1,0 milhão. A dívida líquida encerrou o ano em R\$340,8 milhões com o indicador de Dívida Líquida/EBITDA ajustado em 3,4x. Para mais informações sobre o endividamento da Companhia, vide Notas Explicativas nº 13, 14, 15 e 17 das Demonstrações Financeiras.

Endividamento (em milhões de R\$)	31/12/2022	31/12/2021	Var.
Curto Prazo	23,6	21,8	8,4%
Debêntures	8,2	7,8	5,7%
Empréstimos e financiamentos	15,4	14,0	9,9%
Longo Prazo	482,0	475,8	1,3%
Debêntures	259,3	249,9	3,7%
Empréstimos e financiamentos	222,8	225,9	-1,4%
Dívida Bruta¹	505,6	497,6	1,6%
Obrigações com Poder Concedente	0,4	0,3	12,0%
Passivo de Arrendamento	1,0	0,5	92,7%
Endividamento Bruto	507,0	498,5	1,7%

Caixa e equivalentes de caixa + Aplic. Financeiras e Conta Reserva

Financiamentos e Conta Reserva	164,8	145,1	13,6%
Endividamento Líquido	342,2	353,4	-3,2%
Dívida Líquida¹	340,8	352,5	-3,3%

¹ Exclui obrigações com Poder Concedente e Passivo de Arrendamento

Investimentos: Os investimentos totalizaram R\$32,7 milhões em 2022.

CAPEX (em milhões de R\$)	2022		
	Intangível/Imobilizado	Custo de Manutenção	Total
Ecoponte	24,9	7,8	32,7

CAPEX (em milhões de R\$)	2022		
	2022	2021	2020
Hardware e equipamentos de pedágio	0,9	1,3	0,8
Máquinas e equipamentos	0,4	1,3	0,1
Contrato de concessão	9,9	26,4	13,4
Intangível em arrendamento	21,3	37,9	125,3
Software de terceiros	0,2	0,2	0,2
Total	32,7	67,0	139,7

A tabela abaixo demonstra os investimentos acumulados desde o início da concessão.

Investimentos (em milhões de R\$)	2022	2021	Acumulado até 2020
Intangível	31,4	64,5	772,5
Imobilizado	1,3	2,6	15,2
Total	32,7	67,0	787,7

Valor Adicionado: Em 2022, o valor adicionado líquido gerado como riqueza atingiu R\$114,9 milhões, isto é, 60,7% de representatividade em relação à receita operacional bruta e 8,0 p.p. superior ao ano anterior, quando o valor adicionado foi de R\$91,9 milhões e a representatividade de 52,7%.

Demonstração do Valor Adicionado (em milhões de R\$)	2022	2021	Var.
Valor adicionado líquido	114,9	91,9	25,0%
Receita operacional bruta	189,4	174,3	8,7%
Representatividade	60,7%	52,7%	8,0 p.p.

O valor distribuído de ISS (Imposto Sobre Serviço) para as prefeituras em 2022 foi de R\$8,1 milhões.

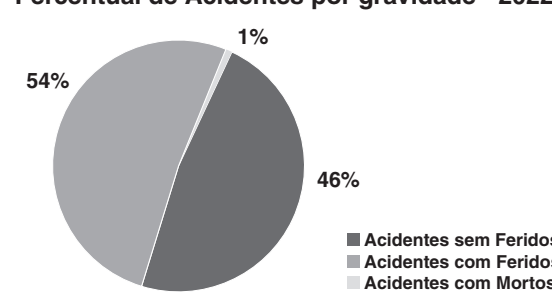
Impostos Municipais repassados (em milhões de R\$)	2022	2021	Acumulado até 2020
ISS - Imposto Sobre Serviço	8,1	7,0	41,1

Dividendos e Juros sobre capital próprio: Aos acionistas é garantido um dividendo e/ou juros sobre o capital próprio de, pelo menos, 25% do lucro líquido do exercício ajustado, calculado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76. O montante de R\$4.069 mil, pago no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, refere-se a: (i) R\$3.469 mil dividendos mínimos obrigatórios de 2021 aprovado na Assembleia Geral Ordinária de 26 de abril de 2022; e R\$600 mil de IRRF sobre juros sobre capital próprio (dos R\$4.000 contabilizados), do exercício de 2022. O saldo de R\$7.559 mil, registrado no passivo circulante, refere-se a: (i) R\$4.159 mil dividendos mínimos obrigatórios; e (ii) R\$3.400 mil de juros sobre o capital próprio, ambos do exercício findo em 31 de dezembro de 2022, conforme demonstrado no quadro a seguir. A Companhia tem a expectativa de pagá-lo em menos de doze meses, a depender de deliberação da próxima Assembleia Geral Ordinária. **Planejamento e Gestão empresarial:** O êxito que as Concessionárias vêm obtendo em seu processo de adaptação às mudanças aceleradas no setor de transportes se deve em grande parte à qualidade de seu planejamento empresarial. Em 2022, as atividades relacionadas com a gestão pela qualidade total compreenderam o desenvolvimento de estudos e projetos, certificações de qualidade de gestão ISO 9001:2015, 5S e eventos relacionados com o gerenciamento da rotina em diferentes áreas das Unidades de Negócios. **Recursos Humanos:** Em 2022, a Companhia investiu R\$72,7 mil (R\$65,4 mil em 2021) em programas de formação técnica e desenvolvimento profissional e humano de seus empregados, a fim de manter a Companhia a par da evolução nas áreas tecnológica e gerencial, bem como oferecer aos empregados oportunidades de desenvolvimento de suas habilidades e seus potenciais. Os funcionários alocados na operação da concessão são apresentados na tabela abaixo de acordo com os dados em 31 de dezembro de 2022. Para facilitar a interpretação e a comparação proporcional dos valores apresentados entre Concessionárias, é acrescentada uma coluna que divide a quantidade total de funcionários pelo VDMA da via concedida. Uma vez que o valor resultante da divisão da quantidade de funcionários pelo volume diário de veículos é muito pequeno, o resultado é multiplicado por 10.000.

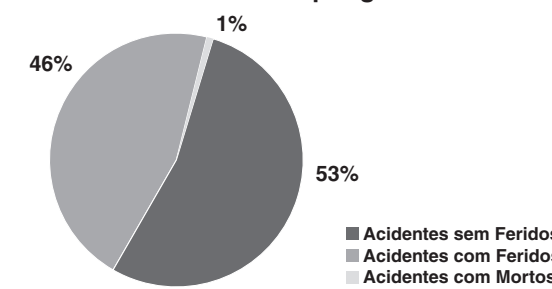
Funcionários alocados na concessão	Qtde	(Qtde/VDMA)*10.000
Descrição do Cargo		
Gerente de tráfego	1	0,13
Analista de tráfego	1	0,13
Líder de Operações Rodoviárias	4	0,51
Operador de tráfego	9	1,15
Auxiliar de CCO	4	0,51
Assistente operacional	1	0,13
Guincho leve	40	5,10
Guincho pesado	14	1,78
Médico	12	1,53
Resgatista	54	6,88
Enfermeiro	8	1,02
Total de Pessoal - Operacional	148	18,9
Coordenador de pedágio	1	0,1
Controlador de pedágio	4	0,5
Supervisor de pedágio	1	0,1
Analista de pedágio	2	0,3
Arrecadador	105	13,4
Assistente de pedágio	7	0,9
Total de Pessoal - Pedágio	120	15,3
Total de Pessoal - Concessionária	268	34,17

Indicadores Operacionais - Segurança no Trânsito - Acidentes: Os gráficos apresentam os percentuais de acidentes ocorridos no trecho concedido, classificados por gravidade, total de pessoas envolvidas e quantidade de sinistros por tipo de veículo no exercício corrente e no exercício anterior.

Percentual de Acidentes por gravidade - 2022

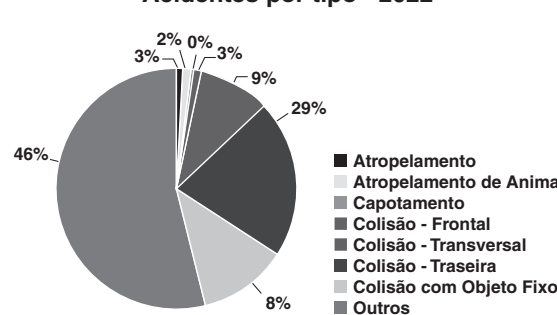


Percentual de Acidentes por gravidade - 2021

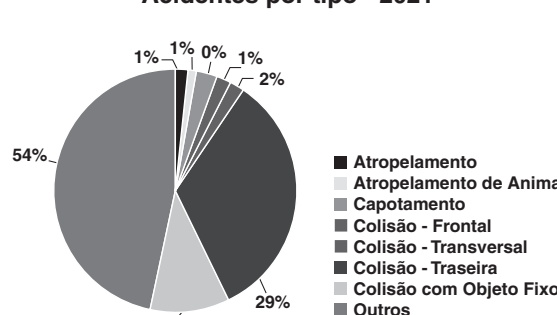


A figura apresenta o valor percentual dos principais tipos de acidentes detectados no trecho concedido da rodovia.

Acidentes por tipo - 2022



Acidentes por tipo - 2021



Dados de Operação da Concessão - Veículos Alocados: Na tabela são apresentadas as quantidades de veículos utilizados pela Companhia na operação da concessão no ano de 2022. Com o objetivo de permitir a comparação proporcional dos valores apresentados entre concessionárias, a quantidade de veículos é dividida pela extensão da via sob concessão. Uma vez que o valor resultante da divisão da quantidade de veículos pela extensão total é muito pequeno, o resultado é multiplicado por 100 para facilitar a análise. O resultado é apresentado em Qtde/100 km.

Veículos aplicados na concessão		
Tipo de veículo	Qtde	Qtde/100 km
Viatura de inspeção	4	13,9

CONCESSIONÁRIA PONTE RIO-NITERÓI S.A. - ECOPONTE						
CNPJ/MF nº 22.163.297/0001-49 - NIRE 33.300.315.993						
Balço Social						
1 - Base de cálculo						
	2022		2021			
	Valor em R\$ mil		Valor em R\$ mil			
Faturamento Bruto	189.351		174.273			
Receita líquida (RL)	175.211		162.081			
Resultado Operacional (RO)	83.641		63.653			
Folha de Pagamento bruta (FPB)	16.967		15.695			
Folha de pagamento bruta - Total remunerações	16.967		15.695			
Folha de pagamento bruta - Total pago a empresas prestadoras de serviços	-		-			
2 - Indicadores sociais internos						
	Valor em R\$ mil	% sobre FPB	% sobre RL	Valor em R\$ mil	% sobre FPB	% sobre RL
Alimentação	1.934	11%	1%	1.763	11%	1%
Encargos sociais	3.077	18%	2%	2.646	17%	2%
Previdência privada	165	1%	0%	141	1%	0%
Saúde	2.037	12%	1%	1.920	12%	1%
Segurança e Saúde no trabalho	41	0%	0%	55	0%	0%
Educação	46	0%	0%	31	0%	0%
Cultura	-	0%	0%	-	0%	0%
Capacitação e desenvolvimento profissional	73	0%	0%	65	0%	0%
Creches ou auxílio creche	21	0%	0%	18	0%	0%
Participação nos lucros ou resultados	515	3%	0%	715	5%	0%
Outros	-	0%	0%	-	0%	0%
Total - Indicadores sociais internos	7.909	47%	5%	7.354	47%	5%
3 - Indicadores sociais externos						
	Valor em R\$ mil	% sobre FPB	% sobre RL	Valor em R\$ mil	% sobre FPB	% sobre RL
Educação	-	0%	0%	6	0%	0%
Cultura	-	0%	0%	-	0%	0%
Saúde e saneamento	-	0%	0%	22	0%	0%
Esporte	-	0%	0%	-	0%	0%
Combate à fome e segurança alimentar	57	0%	0%	-	0%	0%
Outros	5	0%	0%	42	0%	0%
Total de contribuições à sociedade	62	0%	0%	70	0%	0%
Tributos (Exceto encargos sociais)	-	0%	0%	-	0%	0%
Total - Indicadores sociais externos	62	0%	0%	70	0%	0%
4 - Indicadores ambientais						
Investimentos relacionados com a produção/operação da Concessionária	152	1%	0%	187	1%	0%
Investimentos em programas e/ou projetos externos	727	4%	0%	770	5%	0%
Total de investimentos em meio ambiente	879	5%	1%	957	6%	1%
Quanto ao estabelecimento de metas anuais para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos, a Concessionária	() Não possui metas () Cumpre de 0 a 50% () Cumpre de 50 a 75% (X) Cumpre de 75 a 100%			() Não possui metas () Cumpre de 0 a 50% () Cumpre de 50 a 75% (X) Cumpre de 75 a 100%		
5 - Indicadores do corpo funcional						
Nº de colaboradores ao final do período	235		266			
Tempo de serviço	9% até seis meses 2,6% de seis meses a um ano 15,6% entre um e dois anos 19,6% entre dois e cinco anos 53,2% mais de cinco anos		4% até seis meses 14% de seis meses a um ano 7% entre um e dois anos 34% entre dois e cinco anos 42% mais de cinco anos			

Nº de pessoas com deficiência física ou necessidades esp.	9	6
Total de horas extras trabalhadas	26.655	24.927
Total de horas extras pagas	272.278	236.683
Total de INSS pagos	2.310	2.006
Total de FGTS pago	767	639
Total de Contribuição Sindical paga	113	158
Total de demais encargos sociais pagos	-	-
Total de ICMS recolhidos no período	-	-
Total de IR recolhido no período	5.073	-
Total de CSLL recolhidos no período	2.510	-
Total de PIS recolhidos no período	146	39
Total de COFINS recolhidos no período	898	242
Total de outros tributos recolhidos no período	8.129	7.034

6 - Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial		
Relação entre a maior e a menor remuneração na Concessionária	99,00%	96,62%
Número total de acidentes de trabalho	6	10
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por	(X) direção e gerenciais () todos os colaboradores	() direção e gerenciais () todos os colaboradores
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente do trabalho foram definidos por	(X) direção e gerenciais () todos os colaboradores () todos + CIPA	(X) direção e gerenciais () todos os colaboradores () todos + CIPA
Quanto a liberalidade sindical, ao direito de negociação coletiva e a representação interna dos colaboradores, a Concessionária	() não se envolve (X) segue as normas da OIT () incentiva as normas da OIT	() não se envolve (X) segue as normas da OIT () incentiva as normas da OIT
A previdência privada contempla	() direção (X) todos os colaboradores	() direção (X) todos os colaboradores
A participação nos lucros ou resultados contempla	() direção e gerenciais (X) todos os colaboradores	() direção e gerenciais (X) todos os colaboradores
Na seleção de fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela Concessionária	() não são considerados () são sugeridos (X) são exigidos	() não são considerados () são sugeridos (X) são exigidos
Quanto a participação de colaboradores em programas de trabalho voluntário, a Concessionária	() não se envolve () apóia (X) organiza e incentiva	() não se envolve () apóia (X) organiza e incentiva
% de reclamações e críticas solucionadas	98,6% na Concessionária 0% no PROCON 1,4% na Justiça	98,0% na Concessionária 0% no PROCON 2,0% na Justiça
Valor adicionado total a distribuir	22,1% governo 25,7% acionistas 12,7% colaboradores 39,5% terceiros	20,4% governo 14,9% acionistas 16,0% colaboradores 48,7% terceiros

Relacionamento com os Auditores Independentes: Informamos que a PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda., foi contratada para prestação dos seguintes serviços no exercício de 2022: (i) Serviços relacionados à auditoria externa: (i.a) Auditoria das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS"); (i.b) Revisão das Informações Contábeis Intermediárias Trimestrais de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executadas pelo Auditor da Entidade e ISRE2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity); (ii) Serviços não relacionados à auditoria externa: (ii.a) Serviços Previamente Acordados para emissão de relatório de apuração do ICSD ("Índice de Cobertura do Serviço da Dívida"), ICSD projetado e da Relação entre o Patrimônio Líquido Ajustado/Passivo Total da Companhia para a data-base de 31 de dezembro de 2022. A prestação dos serviços contratados não relacionados à auditoria externa, estão de acordo com a Política de Contratação de Auditoria Externa aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia, e não caracterizam conflito de interesse ou perda de independência e objetividade de seus auditores independentes. Os honorários consolidados pagos no exercício de 2022 totalizaram R\$138,5 mil e o valor dos honorários não relacionados à auditoria externa perfazem R\$54,7 mil, representando 39,5% em relação aos honorários relativos aos serviços de auditoria externa no exercício de 2022. **Declaração da Diretoria:** A Diretoria da Concessionária Ponte Rio-Niterói S.A. - Ecoponte, declara, nos termos do artigo 27 da Resolução CVM nº 80, datada de 29 de março de 2022, que revisou, discutiu e concordou (i) com o conteúdo e opinião expressos no parecer da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda.; e (ii) com as demonstrações financeiras do exercício social findo em dezembro de 2022.

Niterói - RJ, 15 de março de 2023. **A Administração**

Nº de admissões durante o período	33	45
Nº de demissões durante o período	32	35
Nº de colaboradores terceirizados	63	-
Nº de estagiários (as)	1	-
Nº de colaboradores com até 18 anos	1	2
Nº de colaboradores entre 18 e 25 anos	35	40
Nº de colaboradores entre 25 e 45 anos	152	156
Nº de colaboradores acima de 45 anos	47	45
Nº de mulheres que trabalham na Conc.	83	84
% de cargos gerenciais ocupados por mulheres	0,0	0,0
Remuneração paga a mulheres no período	2.644.036	2.137.230
Nº de negros (as) que trabalham na Concessionária	110	38
% de cargos gerenciais ocupados por negros	-	-

Balço Patrimonial levantado em 31 de Dezembro de 2022 e de 2021 (Em milhares de reais - R\$)

Ativo	Nota		Passivo e Patrimônio Líquido	Nota		
	Explicativa	31/12/2022		31/12/2021	Explicativa	31/12/2022
Circulante			Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa.....	5	122.682	107.688	Fornecedores.....	5.590	6.880
Aplicações financeiras.....	6	6.133	7.417	Empréstimos e financiamentos.....	13	15.374
Aplicações financeiras - conta reserva.....	7	6.982	6.408	Debêntures.....	14	8.224
Cientes.....	8	9.230	6.387	Passivo de arrendamento.....	15	293
Tributos a recuperar.....		967	808	Impostos, taxas e contribuições a recolher.....		2.016
Despesas antecipadas.....		2.001	788	Obrigações sociais e trabalhistas.....		2.650
Partes relacionadas.....	16	-	28	Partes relacionadas.....	16	1.890
Outros créditos.....		881	188	Obrigações com Poder Concedente.....	17	355
Total do ativo circulante.....		148.876	129.712	Provisão para imposto de renda e contribuição social.....	12.c)	1.205
				Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar.....	21.d)	7.559
Não Circulante			Não Circulante			
Aplicações financeiras - conta reserva.....	7	29.010	23.568	Provisão para manutenção.....	19	2.870
Depósitos judiciais.....	9	1.058	1.015	Provisão para construção de obras.....	18	282
Imobilizado.....	10	6.912	7.607	Outras contas a pagar.....		650
Intangível.....	11	613.458	607.114	Total do passivo circulante.....		48.958
Total do ativo não circulante.....		650.438	639.304	Patrimônio Líquido		
				Capital social.....	21.a)	147.368
				Reserva de lucros - legal.....	21.b)	11.002
				Reserva de lucros - orçamento de capital.....	21.c)	81.653
				Reserva de capital - plano de opção com base em ações.....		146
				Total do patrimônio líquido.....		240.169
Total do Ativo.....		799.314	769.016	Total do Passivo e Patrimônio Líquido.....		799.314

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do Resultado para os Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2022 e de 2021 (Em milhares de reais - R\$, exceto o lucro básico/diluído por ação)

	Nota		
	Explicativa	31/12/2022	31/12/2021
Receita Líquida.....		22	175.211
Custo dos serviços prestados.....	23	(77.704)	(83.115)
Lucro Bruto.....			97.507
Receitas (Despesas) Operacionais			
Despesas gerais e administrativas.....	23	(14.051)	(15.312)
Outras receitas (despesas), líquidas.....		185	(1)
Lucro Operacional antes do Resultado Financeiro.....			83.641
Resultado Financeiro.....			63.653
Receitas financeiras.....	24	18.700	6.049
Despesas financeiras.....	24	(52.540)	(47.333)
		(33.840)	(41.284)
Lucro Operacional Antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social.....			49.801
Imposto de Renda e Contribuição Social			22.369
Correntes.....	12.b)	(10.937)	(11)
Diferidos.....	12.a)	(4.509)	(7.752)
		(15.446)	(7.763)
Lucro Líquido do Exercício.....			34.355
Lucro por Ação (Em R\$) - Básico e Diluído.....		25	0,23312
			0,10

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do Resultado Abrangente para os Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2022 e de 2021 (Em milhares de reais - R\$)

Lucro Líquido do Exercício.....	31/12/2022	31/12/2021
	34.355	14.606
Outros Resultados Abrangentes.....	-	-
Resultado Abrangente Total do Exercício.....	34.355	14.606

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do Valor Adicionado para os Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2022 e de 2021 (Em milhares de reais - R\$)

	31/12/2022		31/12/2021	
	Receitas			
Com arrecadação de pedágio.....		155.385		132.358
Com construção.....		25.621		33.454
Outras receitas.....		8.345		8.461
		189.351		174.273

Insumos Adquiridos de Terceiros				
Custo dos serviços prestados.....		(45.751)		(53.679)
Materiais, energia e serviços de terceiros.....		(9.001)		(10.420)
Outras.....		(35)		(18)
		(54.787)		(64.117)

Valor Adicionado Bruto.....		134.564		110.156
Depreciações e Amortizações.....		(19.702)		(18.301)
Outras receitas (despesas), líquidas.....		-		(1)
Valor Adicionado Líquido Produzido pela Companhia.....		114.862		91.854

Valor Adicionado Recebido em Transferência				
Receitas financeiras.....		18.700		6.049
Outras receitas (despesas), líquidas.....		185		-
Valor Adicionado Total a Distribuir.....		133.747		97.903

Distribuição do Valor Adicionado				
Pessoal.....		16.967		15.695

Remuneração direta.....		11.817		11.064
Benefícios.....		4.383		3.992
Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.....		767		639
Impostos, taxas e contribuições.....		29.551		19.937
Federais.....		21.422		12.903
Municipais.....		8.129		7.034
Remuneração de capitais de terceiros.....		52.874		47.665
Juros.....		29.902		16.453
Aluguéis.....		334		332
Outros efeitos financeiros.....		22.638		30.880
Remuneração de capitais próprios.....		34.355		14.606
Juros sobre o capital próprio pagos.....		4.000		-
Constituição reserva legal.....		1.718		730
Constituição de reserva - Orçamento de capital.....		24.478		10.407
Dividendos mínimos obrigatórios.....		4.159		3.469

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

continua



CONCESSIONÁRIA PONTE RIO-NITERÓI S.A. - ECOPONTE						
CNPJ/MF nº 22.163.297/0001-49 - NIRE 33.300.315.993						
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido para os Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2022 e de 2021 (Em milhares de reais - R\$, exceto o valor por ação)						
	Nota explicativa	Capital social	Atribuível aos acionistas da Companhia		Lucros acumulados	Total
			Reservas de capital	Reservas de lucros		
			Plano de opção com base em ações	Orçamento de capital		
				Legal		
Saldos em 31 de Dezembro de 2020		147.368	146	8.554	46.768	202.836
Lucro Líquido do exercício		-	-	-	-	14.606
Destinação do lucro:						
Reserva legal	21.b)	-	-	730	-	(730)
Constituição de reserva - orçamento de capital	21.c)	-	-	-	10.407	(10.407)
Dividendos mínimos obrigatórios (R\$0,02 por ação)	21.d)	-	-	-	-	(3.469)
Saldos em 31 de Dezembro de 2021		147.368	146	9.284	57.175	213.973
Lucro Líquido do exercício		-	-	-	-	34.355
Destinação do lucro:						
Reserva legal	21.b)	-	-	1.718	-	(1.718)
Juros sobre capital próprio	21.d)	-	-	-	-	(4.000)
Dividendos mínimos obrigatórios (R\$0,03 por ação)	21.d)	-	-	-	-	(4.159)
Constituição de reserva - orçamento de capital	21.c)	-	-	-	24.478	(24.478)
Saldos em 31 de Dezembro de 2022		147.368	146	11.002	81.653	240.169

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras para os Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2022 e de 2021 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. Informações Gerais - A Concessionária Ponte Rio-Niterói S.A. - Ecoponte ("Ecoponte" ou "Companhia"), é uma Sociedade de Propósito Específico, foi constituída em 24 de março de 2015, e tem por objeto social realizar, sob o regime de concessão, a exploração, nos termos e limites do Contrato de Concessão referente ao Edital de concessão nº 01/2015, da infraestrutura e da prestação do serviço público de operação, manutenção, monitoração, conservação e implantação de melhorias da BR-101/RJ: Trecho Acesso à Ponte Presidente Costa e Silva (Niterói) - Entr. RJ-071 (Linha Vermelha), "Ponte Rio-Niterói", incluindo todos os seus elementos integrantes da faixa de domínio, além de acessos e alças, edificações e terrenos, pistas, acostamentos, obras de arte especiais e quaisquer outros elementos, bem como pelas áreas ocupadas por instalações operacionais e administrativas relacionadas à concessão. O Contrato de Concessão, com a Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, assinado em 18 de maio de 2015, possui prazo final em 31 de maio de 2045. As demais informações acerca do Contrato de Concessão estão descritas na Nota Explicativa nº 17.a). A sede da Companhia fica localizada na Travessa Mário Neves, nº 1, Bairro Ilha da Conceição, no município de Niterói-RJ. As ações da Companhia são de titularidade da Ecoporodvias Concessões e Serviços S.A., sendo a controladora final do Grupo EcoRodovias, do qual a Companhia faz parte, a Aurelia S.r.l., localizada na cidade de Tortona - Itália. Em 15 de março de 2023, foi aprovada pela Administração da Companhia a emissão destas demonstrações financeiras. a) Efeitos da pandemia provocada pela COVID-19: Desde o início da pandemia, em março de 2020, o Grupo EcoRodovias vem tomando as medidas preventivas e de mitigação dos seus efeitos, em linha com as diretrizes estabelecidas pelas autoridades de saúde nacionais e internacionais. A extensão dos impactos da COVID-19 dependerá da duração da pandemia, eventuais novas restrições impostas pelos governos estaduais e federal em que o Grupo atua. Neste cenário, o Grupo vem monitorando os efeitos nos seus negócios e na avaliação das principais estimativas e julgamentos contábeis críticos, bem como em outros saldos com potencial de gerar incertezas e impactos nas demonstrações financeiras. A Administração da Companhia entende que não há outros impactos relevantes a serem comentados, uma vez que o tráfego de veículos leves e pesados, principal indicador impacto pela COVID-19, já apresentou recuperação a níveis pré-pandemia. b) Conflito entre Rússia e Ucrânia: Em fevereiro de 2022, a Rússia lançou uma invasão militar em larga escala e agora está envolvida em um amplo conflito militar com a Ucrânia. Em resposta, governos e autoridades em todo o mundo, incluindo os Estados Unidos, Reino Unido e União Europeia, anunciaram diversas sanções e restrições a exportação a certas empresas, instituições financeiras, indivíduos e setores econômicos da Rússia e Bielorrússia. A Rússia, por sua vez, anunciou contramedidas com vistas a punir empresas estrangeiras pela interrupção de suas atividades. Tais sanções e demais medidas, não afetam os negócios da Companhia. c) Visão ESG - Ambiental, Social e Governança (ESG - Environmental, Social and Governance na sigla em Inglês): A estratégia do Grupo EcoRodovias, do qual a Companhia faz parte, para a abordagem das mudanças climáticas segue duas vertentes. A primeira, focada na mitigação das emissões de gases causadores do efeito estufa (GEE), estabelece diretrizes para a redução das emissões decorrentes das suas atividades de concessão rodoviária e portuária. Ao longo de 2022, o Grupo EcoRodovias trabalhou para estabelecer os alçances de um plano de descarbonização, considerando uma perspectiva de longo prazo (2030). Adicionalmente, o Grupo EcoRodovias possui como prática a aquisição de créditos de carbono para todas as emissões de escopo 1 (emissões diretas) e escopo 2 (aquisição de energia elétrica) que porventura não puderam ser eliminadas por suas ações de mitigação. A prática de aquisição de créditos de carbono ocorre desde 2013 e será mantida no decorrer dos próximos anos. A segunda vertente versa sobre os impactos decorrentes das mudanças climáticas - adaptação. O Grupo EcoRodovias estabeleceu estudos neste sentido, com simulações matemáticas para avaliação de cenários que possam impactar seus ativos. Os cenários avaliados incluem inundações, deslizamentos de terra, ondas de calor, entre outros. Os efeitos negativos decorrentes destes cenários foram considerados, incluindo impactos financeiros decorrentes da perda de receita (diminuição ou interrupção no fluxo de veículos), custos diretos para saneamento do evento, seguros, jurídicos e de multas. Os resultados dos trabalhos foram incluídos dentro da metodologia de avaliação de riscos do grupo, contribuindo com novos parâmetros para fortalecimento de ações e diminuição dos efeitos negativos decorrentes destes cenários adversos. O risco climático mais relevante está atrelado aos eventos que possam causar colapsos de infraestrutura.

2. Apresentação das Demonstrações Financeiras - 2.1. Declaração de conformidade e base de preparação: As demonstrações financeiras da Companhia, foram preparadas conforme as práticas adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB)), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão apresentadas na Nota Explicativa nº 3. As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, que, no caso de determinados ativos e passivos financeiros (inclusive instrumentos derivativos), propriedades para investimento, bem como os ativos dos planos de pensão, tem seu custo ajustado para refletir a mensuração ao valor justo. Os ativos mantidos para venda são mensurados pelo menor valor entre o valor contábil e o valor justo menos os custos de venda. A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamentos por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis do Grupo. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e tem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota Explicativa nº 4. 2.2. Moeda funcional e moeda de apresentação: Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da Companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a empresa atua (a "moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em R\$ (Real), que é a moeda funcional da Companhia e, também, a moeda de apresentação da Companhia.

3. Principais Práticas Contábeis - As principais práticas contábeis descritas a seguir foram aplicadas de forma consistente para os exercícios apresentados e para as demonstrações financeiras individuais da Companhia. a) Instrumentos financeiros: Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos no balanço patrimonial da Companhia e quando estes forem parte das disposições contratuais dos instrumentos. Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos de transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo por meio do resultado) são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, no reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado. **Ativos financeiros:** Todos os ativos financeiros reconhecidos são subsequentemente mensurados na sua totalidade ao custo amortizado ou ao valor justo, dependendo da classificação dos ativos financeiros. A classificação é feita com base tanto no modelo de negócios da Companhia, para o gerenciamento do ativo financeiro, quanto nas características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro. **Classificação dos ativos financeiros:** Os instrumentos da dívida que atendem às condições a seguir são subsequentemente mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes: i) O ativo financeiro é mantido em um modelo de negócios cujo objetivo é atingido ao coletar fluxos de caixa contratuais e vender os ativos financeiros; e ii) Os termos contratuais do ativo financeiro geram, em datas específicas, fluxos de caixa que se referem exclusivamente a pagamentos do principal e dos juros incidentes sobre o valor do principal em aberto. Em geral, todos os outros ativos financeiros são subsequentemente mensurados ao valor justo por meio do resultado. **Custo amortizado:** O método da taxa de juros efetiva é utilizado para calcular o custo amortizado de um instrumento da dívida e alocar sua receita de juros ao longo do exercício correspondente. Para ativos financeiros, exceto por ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável adquiridos ou originados (isto é, ativos sujeitos à redução ao valor recuperável no reconhecimento inicial), a taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados (incluindo todos os honorários e pontos pagos ou recebidos que sejam parte integrante da taxa de juros efetiva, os custos da transação e outros prêmios ou deduções), excluindo a dívida de crédito esperada, durante a vida estimada do instrumento da dívida ou, quando apropriado, durante um período menor, para o valor contábil bruto do instrumento da dívida na data do reconhecimento inicial. Para ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável adquiridos ou originados, uma taxa de juros efetiva ajustada ao crédito é calculada descontando os fluxos de caixa futuros estimados, incluindo as perdas de crédito esperadas, para o custo amortizado do instrumento da dívida na data do reconhecimento inicial. O custo amortizado de um ativo financeiro corresponde ao valor com base no qual o ativo financeiro é mensurado na data do reconhecimento inicial, deduzido da amortização do valor do principal, acrescido da amortização acumulada usando o método da taxa de juros efetiva de qualquer diferença entre o valor inicial e o valor no vencimento, ajustado para qualquer provisão para perdas. O valor contábil bruto de um ativo financeiro corresponde ao custo amortizado de um ativo financeiro antes do ajuste para qualquer provisão para perdas. A

receita de juros é reconhecida usando o método da taxa de juros efetiva para instrumentos da dívida mensurados subsequentemente ao custo amortizado. Para ativos financeiros, exceto por ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável adquiridos ou originados, a receita de juros é calculada aplicando a taxa de juros efetiva ao valor contábil bruto do ativo financeiro, exceto por ativos financeiros que subsequentemente se tornam ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável. Para ativos financeiros subsequentemente sujeitos à redução ao valor recuperável, a Companhia reconhece a receita de juros aplicando a taxa de juros efetiva ao custo amortizado do ativo financeiro. Se, em períodos subsequentes, o risco de crédito do instrumento financeiro sujeito à redução ao valor recuperável melhorar de modo que o ativo financeiro não esteja mais sujeito à redução ao valor recuperável, a receita de juros é reconhecida aplicando a taxa de juros efetiva ao valor contábil bruto do ativo financeiro. A receita de juros é reconhecida no resultado e incluída na rubrica "Receitas financeiras" (vide Nota Explicativa nº 24). **Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado:** Um ativo financeiro é mensurado ao valor justo através do resultado quando os ativos não atendem os critérios de classificação das demais categorias anteriores ou quando no reconhecimento inicial for designado para eliminar ou reduzir descasamento contábil. **Redução do valor recuperável de ativos financeiros:** A Companhia avalia nas datas do balanço se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro, ou grupos de ativos financeiros, não é recuperável, tendo como base um ou mais eventos que tenham ocorrido depois do reconhecimento inicial do ativo e tenha impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, que possa ser razoavelmente estimado. **Passivos financeiros:** Todos os passivos financeiros são subsequentemente mensurados ao custo amortizado pelo método da taxa de juros efetiva ou ao valor justo por meio do resultado. **Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado:** Passivos financeiros são classificados ao valor justo por meio do resultado quando o passivo financeiro for (i) uma contraprestação contingente de um comprador em uma combinação de negócios, (ii) mantido para negociação, ou (iii) designado ao valor justo por meio do resultado. **Desreconhecimento:** Um passivo financeiro é desreconhecido quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado. b) Avaliação do valor recuperável de ativos não financeiros: A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O seguinte critério é aplicado para avaliar perda por redução ao valor recuperável de ativos específicos: **Ativos intangíveis:** Ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados em relação à perda por redução ao valor recuperável anualmente em 31 de dezembro, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil. O Contrato de Concessão da Companhia é de longo prazo sujeito a discussões e reequilíbrios junto ao poder concedente. Consequentemente, podem ocorrer modificações ao longo de sua vida contratual. Em adição às avaliações acerca de indicativos (internos ou externos) de *impairment* descritos na Nota Explicativa nº 11 Intangível, a Administração da Companhia revisa anualmente as projeções de fluxo de caixa de seus contratos com o objetivo de avaliar se há algum indicativo de que os custos inevitáveis para satisfazer as obrigações do contrato excedem os benefícios econômicos que se esperam sejam recebidos ao longo do período contratual. c) Provisões gerais: As provisões são reconhecidas quando a Companhia possui uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e há uma estimativa confiável do valor da obrigação. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado. d) Ajuste a valor presente de ativos e passivos: Os ativos e passivos monetários de longo prazo foram trazidos a seu valor presente na data das transações, em virtude de seus prazos, usando a taxa média de encargos financeiros em que incorre quando de suas captações, tanto para clientes quanto para fornecedores. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. e) Custos de empréstimos, financiamentos e debêntures: Os custos de empréstimos, financiamentos e debêntures diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos, financiamentos e debêntures são registrados em despesa no período em que são incorridos. f) Receitas oriundas das cobranças de pedágio ou tarifas decorrentes dos direitos de concessão: Essas receitas são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de deduções. A receita é reconhecida no período de competência, ou seja, quando da utilização pelos usuários dos bens públicos objeto da concessão. Os valores das tarifas são pactuados e reajustados anualmente com base em cada Contrato de Concessão. Os valores das tarifas são pactuados e reajustados anualmente com base no Contrato de Concessão. A Companhia reconhece a receita quando o valor puder ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Companhia e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia. A Companhia baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda. A Companhia possui sistema próprio de controle de passagens e faz o referido controle por transação, cabine e praça de pedágio. Devido ao alto volume de trânsitos na rodovia administrada pela Companhia, a contabilização da receita é feita da seguinte maneira: (i) pedágio por equipamento eletrônico (AVI); no encerramento do mês, após a conciliação com as operadoras de cobrança eletrônica, por dia, por praça e por operadora; (ii) pedágio em numerário: diariamente, através dos depósitos de numerário (bolsas), nos cofres inteligentes e conciliados posteriormente com o recolhimento da transportadora de valores; (iii) vale pedágio: diariamente, a partir da conferência dos valores de cupons declarados pelos operadores no momento da liquidação; e (iv) cartões: diariamente, transação a transação. g) Arrendamento: A Companhia avalia se um contrato é ou contém um arrendamento no início do contrato. A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e correspondente passivo de arrendamento com relação a todos os contratos de arrendamento nos quais a Companhia seja o arrendatário, exceto arrendamentos de curto prazo (definidos como arrendamentos com prazo de arrendamento de no máximo 12 meses) e arrendamentos de ativos de baixo valor. O passivo de arrendamento é inicialmente mensurado ao valor presente dos pagamentos de arrendamento que não são pagos na data de início, descontados aplicando-se a taxa do Custo Médio Ponderado de Capital - CMPC da Companhia (*Weighted Average Cost of Capital* - WACC na sigla em inglês). h) Normas e interpretações revisadas emitidas e vigentes: Não houve mudanças significativas nas normas internacionais de contabilidade em 2022. Embora o IASB tenha feito algumas alterações nas normas que se aplicam a partir de 1º de janeiro de 2022, elas são em grande parte esclarecimentos. Dessa forma, nenhuma das referidas alterações exigiu alteração nas políticas contábeis da Companhia, tampouco gerou impactos materiais em mensurações, reconhecimentos ou divulgações. i) Novas normas e interpretações revisadas emitidas e ainda não vigentes: As seguintes alterações de normas foram emitidas pelo IASB mas não estão em vigor para o exercício de 2022. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). • Alteração ao IAS 1 "Apresentação das Demonstrações Contábeis: de acordo com o IAS 1 "Presentation of financial statements", para uma entidade classificar passivos como não circulantes em suas demonstrações financeiras, ela deve ter o direito de evitar a liquidação dos passivos por no mínimo doze meses da data do balanço patrimonial. Em janeiro de 2020, o IASB emitiu a alteração ao IAS 1 "Classification of liabilities as current or non-current", cuja data de aplicação era para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023, que determina que a entidade não teria o direito de evitar a liquidação de um passivo por pelo menos doze meses, caso, na data do balanço, não tivesse cumprido com índices previstos em cláusulas restritivas (ex.: *covenants*), mesmo que a mensuração contratual do *covenant* somente fosse requerida após a data do balanço em até doze meses. Subsequentemente, em outubro de 2022, nova alteração foi emitida para esclarecer que passivos que contém cláusulas contratuais restritivas requerendo atingimento de índices sob *covenants* somente após a data do balanço, não afetam a classificação como circulante ou não circulante. Somente *covenants* com os quais a entidade é requerida a cumprir até a data do balanço afetam a classificação do passivo, mesmo que a mensuração somente ocorra após aquela data. A alteração de 2022 introduz requisitos adicionais de divulgação que permitem aos usuários das demonstrações financeiras compreender o risco do passivo ser liquidado em

até doze meses após a data do balanço. A alteração de 2022 mudou a data de aplicação da alteração de 2020. Desta forma, ambas as alterações se aplicam para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2024. • Alteração ao IAS 1 e IFRS *Practice Statement 2* - Divulgação de políticas contábeis: em fevereiro de 2021 o IASB emitiu nova alteração ao IAS 1 sobre divulgação de políticas contábeis "materiais" ao invés de políticas contábeis "significativas". As alterações definem o que é "informação de política contábil material" e explicam como identificá-las. Também esclarece que informações materiais de política contábil não precisam ser divulgadas, mas caso o sejam, que não devem obscurecer as informações contábeis relevantes. Para apoiar esta alteração, o IASB também alterou a "IFRS *Practice Statement 2 Making Materiality Judgements*" para fornecer orientação sobre como aplicar o conceito de materialidade às divulgações de política contábil. A referida alteração tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2023. • Alteração ao IAS 8 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro: a alteração emitida em fevereiro de 2021 esclarece como as entidades devem distinguir as mudanças nas políticas contábeis de mudanças nas estimativas contábeis, uma vez que mudanças nas estimativas contábeis são aplicadas prospectivamente a transações futuras e outros eventos futuros, mas mudanças nas políticas contábeis são geralmente aplicadas retrospectivamente a transações anteriores e outros eventos anteriores, bem como ao período atual. A referida alteração tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2023. • Alteração ao IAS 12 - Tributos sobre o Lucro: a alteração emitida em maio de 2021 requer que as entidades reconheçam o imposto diferido sobre as transações que, no reconhecimento inicial, dão origem a montantes iguais de diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis. Isso normalmente se aplica a transações de arrendamentos (ativos de direito de uso e passivos de arrendamento) e obrigações de descomissionamento e restauração, como exemplo, e exigirá o reconhecimento de ativos e passivos fiscais diferidos adicionais. A referida alteração tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2023. Não se espera que essas alterações tenham impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia. Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia. j) Lucro básico e diluído por ação: O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o período, excluindo as ações ordinárias compradas pela Companhia e mantidas como ações em tesouraria. O lucro por ação diluído é calculado ajustando-se à média ponderada da quantidade de ações ordinárias em circulação supondo a conversão de todas as ações ordinárias potenciais que provocariam diluição. A Companhia não possui nenhuma categoria de ações potenciais que provocariam diluição. k) Benefícios a empregados - Plano de contribuição definida: Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (fundo de previdência) e não terá nenhuma obrigação de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado nos períodos durante os quais os serviços são prestados pelos empregados. l) Demonstração do valor adicionado (DVA): A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. A DVA foi preparada de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado" e tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações contábeis.

4. Principais Usos de Estimativas e Julgamentos - A Administração da Companhia estabelece julgamentos, estimativas e premissas com relação a eventos no futuro. Esses julgamentos, estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo período financeiro, estão contemplados a seguir: • Taxa de desconto: A determinação de taxas de desconto a valor presente utilizadas na mensuração de certos ativos e passivos de curto e longo prazos; • Taxa de amortização: A determinação das taxas de amortização de ativos intangíveis obtidas por meio de estudos econômicos de projeção de tráfego; • Provisões: A determinação de provisões para investimentos futuros oriundos dos contratos de concessão cujos benefícios econômicos estejam diluídos nas tarifas de pedágio presentes, provisões para perdas cíveis, trabalhistas e tributárias, perdas relacionadas a contas a receber e elaboração de projeções para realização de imposto de renda e contribuição social diferidos; e • *Impairment*: A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. **Contabilização do Contrato de Concessão:** Na contabilização do Contrato de Concessão, a Companhia efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente no que diz respeito à aplicabilidade da interpretação de Contrato de Concessão, determinação e classificação dos gastos de melhoria e construção como ativo intangível e avaliação dos benefícios econômicos futuros, para fins de determinação do momento de reconhecimento dos ativos intangíveis gerado no Contrato de Concessão. **Momento de reconhecimento dos ativos intangíveis:** A Administração da Companhia avalia o momento de reconhecimento dos ativos intangíveis com base nas características econômicas do Contrato de Concessão. A contabilização de adições subsequentes ao ativo intangível somente ocorrerá quando da prestação de serviço relacionado e que represente potencial de geração de benefício econômico futuro / receita adicional. Para esses casos, por exemplo, a obrigação da construção não é reconhecida na assinatura do contrato, mas o será no momento da construção, em contrapartida ao ativo intangível. **Determinação da carga de amortização anual dos ativos intangíveis oriundos do Contrato de Concessão:** A Companhia reconhece o efeito de amortização dos ativos intangíveis decorrente do Contrato de Concessão limitado ao prazo final da concessão. O cálculo é efetuado de acordo com o padrão de consumo do benefício econômico por ele gerado, que normalmente se dá devido à curva de tráfego. Assim, a taxa de amortização é determinada por meio de estudos econômicos que buscam refletir o crescimento projetado de tráfego das rodovias e geração dos benefícios econômicos futuros oriundos do Contrato de Concessão. A Companhia utiliza modelo para estudo e projeção do tráfego na rodovia sob sua concessão. **Determinação das receitas de construção:** A receita de construção é reconhecida pelo seu valor justo, assim como os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço de construção prestado. De acordo com o ICPC01 (Interpretação do Comitê de Pronunciamentos Contábeis) Contratos de Concessão, sempre que uma concessionária de serviços públicos executa obras, mesmo que previstas contratualmente, ela realiza serviços de construção, sendo que estes podem possuir dois tipos de remuneração, ou por recebimento dos valores do Poder Concedente (ativo financeiro), ou pela remuneração da tarifa de pedágio (ativo intangível). Para essa última modalidade, a receita de construção deve ser reconhecida pelo seu valor justo, e os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço de construção prestado. Na contabilização das margens de construção, a Administração da Companhia avalia questões relacionadas à responsabilidade primária pela prestação de serviços de construção, mesmo nos casos em que haja terceirização dos serviços, custos de gerenciamento e/ou acompanhamento da obra e empresa que efetua os serviços de construção. A Administração da Companhia entende que as contratações dos serviços de construção são realizadas a valor de mercado, portanto, não reconhece margem de lucro nas atividades de construção, sendo esta a prática de mercado das empresas de concessão rodoviária. **Capitalização dos custos dos empréstimos:** Conforme descrito na Nota Explicativa nº 3.e, a Companhia capitaliza os custos de empréstimos, financiamentos e debêntures diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis. A taxa de capitalização é obtida dividindo-se o saldo médio de obras em andamento pelo saldo médio de empréstimos, financiamentos e debêntures, no encerramento de cada mês. **Determinação do ajuste a valor presente de determinados ativos e passivos:** A Administração avalia e reconhece na contabilidade os efeitos de ajuste a valor presente levando-se em consideração o valor do dinheiro no tempo e as incertezas a eles associadas. Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, os ativos e passivos sujeitos ao ajuste a valor presente, assim como as principais premissas utilizadas pela Administração para sua mensuração e reconhecimento, são como segue: a) Provisão para construção de obras futuras decorrentes dos gastos estimados, para cumprir com as obrigações contratuais da concessão cujos benefícios econômicos já estão sendo auferidos pela Companhia, e provisão para manutenção decorrente dos custos estimados para cumprir as obrigações contratuais da concessão relacionadas à utilização e manutenção das rodovias em níveis preestabelecidos de utilização. A mensuração dos valores presentes dessas provisões foi calculada por meio do método de projeção de fluxo de caixa nas datas em que se estima a saída de recursos, para fazer frente às respectivas obrigações (estimada para todo o período de concessão), e descontada por meio da aplicação da taxa de desconto, de 8,67% ao ano (9,04% para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021). A determinação da taxa de desconto utilizada pela Administração tem como base o Custo Médio Ponderado de Capital - CMPC (*Weighted Average Cost of Capital* - WACC na sigla em inglês), calculado por consultoria externa e corroborado pela administração da Companhia.

continua



continuação

CONCESSIONÁRIA PONTE RIO-NITERÓI S.A. - ECOPONTE
CNPJ/MF nº 22.163.297/0001-49 - NIRE 33.300.315.993

5. Caixa e Equivalentes de Caixa - Política contábil: A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor.

	31/12/2022	31/12/2021
Caixa e bancos.....	3.101	2.186
Aplicações financeiras:		
Fundo de investimento (a).....	119.285	105.379
Aplicações automáticas (b).....	296	123
	<u>122.682</u>	<u>107.688</u>

(a) Fundo de investimento, que se enquadra na categoria "Renda fixa - crédito privado", de acordo com a regulamentação vigente, cuja política de investimento tem como principal fator de risco a variação de taxa de juros doméstica ou índice de preços, ou ambos, e que tem como objetivo buscar valorização de suas cotas através da aplicação dos recursos em uma carteira de perfil conservador, podendo ser resgatado a qualquer momento, sem perda de valor. Com base em seu regulamento, o Fundo não pode investir em operações especulativas ou operações que o exponham a obrigações superiores ao valor de seu patrimônio líquido. Em 31 de dezembro de 2022 a carteira do Fundo de aplicações financeiras era composta por 95,1% aplicações em Certificado de Depósito Bancário (CDB) e 4,9% aplicações em Cotas de Fundo. Em 31 de dezembro de 2021 a carteira do Fundo de aplicações financeiras era composta por 100% aplicações em Certificado de Depósito Bancário (CDB). As aplicações financeiras vinculadas a fundos de investimentos são remuneradas à taxa de 103,4% em 31 de dezembro de 2022 (Em 31 de dezembro de 2021 era 103,1%) do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), e refletem as condições de mercado nas datas dos balanços patrimoniais. (b) A Companhia possui aplicações automáticas, na qual os recursos disponíveis em conta corrente são automaticamente aplicados e remunerados conforme escala de permanência e que podem variar de 2% a 100% do CDI. O grupo mantém apenas saldo mínimo nessa modalidade, e diariamente o volume excedente é alocado em aplicações mais rentáveis.

6. Aplicações Financeiras

	31/12/2022	31/12/2021
Recursos não vinculados.....	6.133	7.417
	<u>6.133</u>	<u>7.417</u>

Em 31 de dezembro 2022, os recursos referem-se as aplicações financeiras em Cotas de Fundo emitido pelo Banco BTG Pactual S.A. (Fundo BTG CDB Plus), remunerado à taxa de 103,4% do CDI, vinculado ao fundo de investimento, remunerado à taxa média ponderada de 103,4% do CDI do mesmo período. A referida aplicação possui Liquidez Diária. Em 31 de dezembro de 2021, os recursos referiam-se as aplicações financeiras em CDB pré-fixado emitido pelo Banco Bradesco S.A. remunerados à taxa de 11,03% a.a. (120,5% do CDI), vinculado ao fundo de investimento. A referida aplicação possuía carência até 13 de junho de 2022.

7. Aplicações Financeiras - Conta Reserva - Vinculados - As aplicações financeiras - conta reserva são investimentos temporários, representados por títulos de alta liquidez:

	31/12/2022	31/12/2021
Fundo de investimento.....	35.992	29.976
	<u>35.992</u>	<u>29.976</u>
Circulante.....	6.982	6.408
Não circulante.....	29.010	23.568

Os Fundos de Investimentos são remunerados à taxa média de 98,7% do CDI em 31 de dezembro de 2022 (97% em 31 de dezembro de 2021) e reflete as condições de mercado nas datas dos balanços. Embora as aplicações possuam liquidez imediata, foram classificadas como aplicações financeiras - conta reserva - vinculados por estarem vinculadas ao processo de liquidação do financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES da Companhia como garantia de recursos de pagamento de juros e principal.

	Hardwares	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Veículos	Total
Taxa anual de depreciação - %.....	20,0	10,0	10,0	25,0	-
Taxa média ponderada de depreciação - %.....	12,4	9,9	10,0	17,1	-

	31/12/2022	31/12/2021
Saldos em 31/12/2021.....	8.952	3.960
Adições.....	934	49
Saldos em 31/12/2022.....	<u>9.886</u>	<u>4.009</u>

	31/12/2022	31/12/2021
Saldos em 31/12/2021.....	(4.958)	(1.865)
Adições.....	(1.169)	(394)
Saldos em 31/12/2022.....	<u>(6.127)</u>	<u>(2.259)</u>

	31/12/2022	31/12/2021
Em 31/12/2022.....	3.759	1.750
Em 31/12/2021.....	<u>3.994</u>	<u>2.095</u>

	Hardwares	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Veículos	Total
Taxa anual de depreciação - %.....	20,0	10,0	10,0	25,0	-
Taxa média ponderada de depreciação - %.....	14,9	9,8	10,0	17,9	-

	31/12/2022	31/12/2021
Saldos em 31/12/2020.....	7.695	3.698
Adições.....	1.257	262
Saldos em 31/12/2021.....	<u>8.952</u>	<u>3.960</u>

	31/12/2022	31/12/2021
Saldos em 31/12/2020.....	(3.720)	(1.491)
Adições.....	(1.238)	(374)
Saldos em 31/12/2021.....	<u>(4.958)</u>	<u>(1.865)</u>

	31/12/2022	31/12/2021
Em 31/12/2021.....	3.994	2.095
Em 31/12/2020.....	<u>3.975</u>	<u>2.207</u>

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, não havia bens do ativo imobilizado vinculados como garantia de qualquer natureza. A Administração da Companhia efetua análise periódica do prazo de vida útil-econômica remanescente dos bens do ativo imobilizado e não foram identificadas diferenças significativas na vida útil-econômica dos bens que integram o ativo imobilizado da Companhia. Não foram identificadas e registradas perdas relacionadas à não recuperação de ativos tangíveis nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021.

11. Intangível - Política contábil: Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Nas tabelas abaixo são apresentadas as taxas anuais e as taxas médias de amortização para cada grupo do ativo intangível. A amortização dos ativos intangíveis oriundos dos direitos de concessão é reconhecida no resultado por meio da projeção de curva de tráfego estimada pelo prazo de concessão a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo.

	Contratos de concessão (i)	Intangível em andamento (iii)	Softwares de terceiros	Direito de uso - CPC 06 (R2)	Total
Taxa anual de amortização - %.....	-	-	20,0	-	-
Taxa média ponderada de amortização - %.....	(ii)	-	7,6	-	-

	31/12/2022	31/12/2021
Saldos em 31/12/2021.....	496.158	168.222
Adições.....	2.079	21.293
Baixas.....	(312)	(18)
Transferências.....	165.817	(165.817)
Saldos em 31/12/2022.....	<u>663.742</u>	<u>23.680</u>

	31/12/2022	31/12/2021
Saldos em 31/12/2021.....	(58.285)	-
Adições.....	(17.134)	-
Saldos em 31/12/2022.....	<u>(75.419)</u>	<u>-</u>

	31/12/2022	31/12/2021
Em 31/12/2022.....	588.323	23.680
Em 31/12/2021.....	<u>437.873</u>	<u>168.222</u>

	Contratos de concessão (i)	Intangível em andamento (iii)	Softwares de terceiros	Direito de uso - CPC 06 (R2)	Total
Taxa anual de amortização - %.....	-	-	20,0	-	-
Taxa média ponderada de amortização - %.....	(ii)	-	10,0	-	-

	31/12/2022	31/12/2021
Saldos em 31/12/2020.....	476.155	133.827
Adições.....	16.683	37.868
Baixas.....	-	(153)
Transferências.....	3.320	(3.320)
Saldos em 31/12/2021.....	<u>496.158</u>	<u>168.222</u>

	31/12/2022	31/12/2021
Saldos em 31/12/2020.....	(42.489)	-
Adições.....	(15.796)	-
Saldos em 31/12/2021.....	<u>(58.285)</u>	<u>-</u>

	31/12/2022	31/12/2021
Em 31/12/2021.....	437.873	168.222
Em 31/12/2020.....	<u>433.666</u>	<u>133.827</u>

(i) Os itens referentes ao Contrato de Concessão compreendem basicamente a Infraestrutura Rodoviária tais como melhorias na Alça Linha Vermelha, desapropriação da Alça Linha Vermelha e Av. Portuária e inspeções, reabilitação e recuperação em pavimentos e obras de artes especiais e infraestrutura para praças de pedágios. (ii) As taxas médias de amortização em 31 de dezembro de 2022 foram de 2,59% a.a. (3,24% a.a. em 31 de dezembro de 2021). (iii) Refere-se a obras e serviços em andamento nas rodovias, tais como obras da construção, melhorias e desapropriações da Alça de ligação Av. Portuária e Linha Vermelha e consultoria de apoio de obras de ampliação de obras de artes especiais. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, foram capitalizados R\$4.764 referentes a encargos financeiros (R\$14.895 em 31 de dezembro de 2021) de financiamentos vinculados a intangível em andamento. A Administração da Companhia contratou consultoria externa para avaliar fatores internos e externos que indicassem que os ativos intangíveis pudessem apresentar valores contábeis superiores aos seus valores recuperáveis, na data-base de 31 de dezembro de 2022. O valor em uso foi calculado com base no método do fluxo de caixa descontado (ou DCF), considerando os seguintes critérios: (i) **premissas de projeção:** as premissas de projeção dos resultados (receitas, custos, despesas, investimentos, capital de giro) e fluxos de caixa futuros (abordagem do FCFF ou *Free Cash Flow to Firm*), cujas perspectivas de crescimento para as rodovias baseiam-se no orçamento anual e nos planos de negócios preparados pela Administração, bem como em dados de mercado e de empresas comparáveis. Essas premissas representam a melhor estimativa da Administração quanto às condições econômicas vigentes durante o prazo de contrato de cada concessão; (ii) **Moeda de projeções:** BRL nominal, considerando efeitos inflacionários; (iii) **Taxa de desconto:** metodologia do WACC (ou CMPC na sigla em português), em termos nominais, depois dos impostos. O WACC (*Weighted Average Cost of Capital*) foi estimado com base em premissas de mercado e de empresas comparáveis à Companhia, resultando em: 10,45% a.a. (14,70% antes dos impostos). Com

8. Clientes - Representados por pedágio eletrônico, cupons e faturas a receber de clientes pela locação de painéis publicitários, acessos e outros serviços decorrentes de receitas acessórias. A composição está assim representada:

	31/12/2022	31/12/2021
Pedágio eletrônico (a).....	7.831	5.544
Receitas acessórias (b).....	1.472	1.190
Outras contas a receber.....	599	280
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa - PECLD (c).....	(672)	(627)
	<u>9.230</u>	<u>6.387</u>

(a) Representados por serviços prestados aos usuários relativos às tarifas de pedágio que serão repassadas às concessionárias e créditos a receber decorrentes de vale pedágio. (b) Representados, substancialmente, por exploração da faixa de domínio das rodovias como arrendamento de área para fibra óptica, uso de faixa de domínio, implantação e concessão de acessos, locação de painéis publicitários e outros serviços previstos no contrato de concessão. (c) O valor das perdas estimadas de crédito de liquidação duvidosa é atualizado ao final de cada exercício para refletir as mudanças no risco de crédito desde o reconhecimento inicial do respectivo instrumento financeiro. O "aging list" das contas a receber está assim representado:

	31/12/2022	31/12/2021
A vencer.....	9.189	6.387
Vencidos:		
Até 30 dias.....	86	-
Acima de 120 dias.....	627	627
	<u>9.902</u>	<u>7.014</u>

A movimentação das perdas esperadas em créditos de liquidação duvidosa é conforme segue:

	31/12/2022	31/12/2021
Saldo no início do exercício.....	(627)	(666)
Valores recuperados.....	272	72
Constituição de PECLD.....	(317)	(33)
Saldo no fim do exercício.....	<u>(672)</u>	<u>(627)</u>

9. Depósitos Judiciais

	31/12/2022	31/12/2021
A natureza dos depósitos judiciais é:		
Natureza		
Cível.....	1.047	1.005
Trabalhista.....	11	10
	<u>1.058</u>	<u>1.015</u>

Os depósitos judiciais, que representam ativos restritos da Companhia, correspondem as quantias depositadas e mantidas em juízo até a solução dos litígios aos quais estão relacionadas.

	31/12/2022	31/12/2021
Saldo no início do exercício.....	1.015	1.006
Baixas.....	-	(1)
Atualização monetária.....	43	10
Saldo no fim do exercício.....	<u>1.058</u>	<u>1.015</u>

10. IMOBILIZADO - Política contábil: O imobilizado é demonstrado pelo custo histórico deduzido das respectivas depreciações e perdas por desvalorização, se aplicável. Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo é registrado na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado. O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revisados no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva. A depreciação é calculada pelo método linear a taxas que levam em consideração o tempo de vida útil estimado. Nas tabelas abaixo são apresentadas as taxas anuais e as taxas médias de depreciação para cada grupo do ativo imobilizado.

	Hardwares	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Veículos	Total
Taxa anual de depreciação - %.....	20,0	10,0	10,0	25,0	-
Taxa média ponderada de depreciação - %.....	12,4	9,9	10,0	17,1	-

	31/12/2022	31/12/2021
Saldos em 31/12/2021.....	8.952	3.960
Adições.....	934	49
Saldos em 31/12/2022.....	<u>9.886</u>	<u>4.009</u>

	31/12/2022	31/12/2021
Saldos em 31/12/2021.....	(4.958)	(1.865)
Adições.....	(1.169)	(394)
Saldos em 31/12/2022.....	<u>(6.127)</u>	<u>(2.259)</u>

	31/12/2022	31/12/2021
Em 31/12/2022.....	3.759	1.750
Em 31/12/2021.....	<u>3.994</u>	<u>2.095</u>

	Hardwares	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Veículos	Total
Taxa anual de depreciação - %.....	20,0	10,0	10,0	25,0	-
Taxa média ponderada de depreciação - %.....	14,9	9,8	10,0	17,9	-

	31/12/2022	31/12/2021
Saldos em 31/12/2020.....	7.695	3.698
Adições.....	1.257	262
Saldos em 31/12/2021.....	<u>8.952</u>	<u>3.960</u>

	31/12/2022	31/12/2021
Saldos em 31/12/2020.....	(3.720)	(1.491)
Adições.....	(1.238)	(374)
Saldos em 31/12/2021.....	<u>(4.958)</u>	<u>(1.865)</u>

	31/12/2022	31/12/2021
Em 31/12/2021.....	3.994	2.095
Em 31/12/2020.....	<u>3.975</u>	<u>2.207</u>

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, não havia bens do ativo imobilizado vinculados como garantia de qualquer natureza. A Administração da Companhia efetua análise periódica do prazo de vida útil-econômica remanescente dos bens do ativo imobilizado e não foram identificadas diferenças significativas na vida útil-econômica dos bens que integram o ativo imobilizado da Companhia. Não foram identificadas e registradas perdas relacionadas à não recuperação de ativos tangíveis nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021.

11. Intangível - Política contábil: Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Nas tabelas abaixo são apresentadas as taxas anuais e as taxas médias de amortização para cada grupo do ativo intangível. A amortização dos ativos intangíveis oriundos dos direitos de concessão é reconhecida no resultado por meio da projeção de curva de tráfego estimada pelo prazo de concessão a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo.

	Contratos de concessão (i)	Intangível em andamento (iii)	Softwares de terceiros	Direito de uso - CPC 06 (R2)	Total
Taxa anual de amortização - %.....	-	-	20,0	-	-
Taxa média ponderada de amortização - %.....	(ii)	-	7,6	-	-

	31/12/2022	31/12/2021
Saldos em 31/12/2021.....	496.158	168.222
Adições.....	2.079	21.293
Baixas.....	(312)	(18)
Transferências.....	165.817	(165.817)
Saldos em 31/12/2022.....	<u>663.742</u>	<u>23.680</u>

	31/12/2022	31/12/2021
Saldos em 31/12/2021.....	(58.285)	-
Adições.....	(17.134)	-
Saldos em 31/12/2022.....	<u>(75.419)</u>	<u>-</u>

	31/12/2022	31/12/2021
Em 31/12/2022.....	588.323	23.680
Em 31/12/2021.....	<u>437.873</u>	<u>168.222</u>

	Contratos de concessão (i)	Intangível em andamento (iii)	Softwares de terceiros	Direito de uso - CPC 06 (R2)	Total
Taxa anual de amortização - %.....	-	-	20,0	-	-
Taxa média ponderada de amortização - %.....	(ii)	-	10,0	-	-

CONCESSIONÁRIA PONTE RIO-NITERÓI S.A. - ECOPONTE
CNPJ/MF nº 22.163.297/0001-49 - NIRE 33.300.315.993

continuação

	31/12/2022			31/12/2021		
	Parcela	Custo	Total	Parcela	Custo	Total
2023.....	-	-	-	6.696	(1.325)	5.371
2024.....	7.791 (1.295)	6.496	7.365	(1.295)	6.070	
2025.....	9.208 (1.260)	7.948	8.704	(1.260)	7.444	
2026.....	10.625 (1.218)	9.407	10.044	(1.218)	8.826	
2027.....	16.291 (1.165)	15.126	15.400	(1.165)	14.235	
a partir de 2027.....	225.245 (4.940)	220.305	212.924	(4.940)	207.984	
	269.160 (9.878)	259.282	261.133	(11.203)	249.930	

O contrato requer a manutenção de certos índices financeiros ("covenants"). Conforme demonstrado no quadro a seguir, a Companhia está adimplente com referidos índices:

Emissão	Descrição da cláusula	Índice requerido	Medido
1ª emissão	Patrimônio líquido Ajustado/Passivo total	≥ 20%	31,8%
	ICSD - Índice de cobertura serviço da dívida	≥ 1,30x	1,69

A Companhia está adimplente com todas as cláusulas restritivas do referido contrato. Os *covenants* não financeiros preveem cláusulas de vencimento antecipado em razão de eventos não estritamente financeiros tais como, mas não se limitando a: (i) pedido ou decretação de falência ou recuperação judicial pela Emissora ou terceiros não elidido no prazo legal; (ii) questões relacionadas ao inadimplemento de obrigações não pecuniárias não curadas em prazo pré-definido; (iii) redução de capital ou transformação do tipo societário sem prévia autorização dos credores; (iv) fusão, cisão, incorporação ou incorporação de ações, salvo em casos de reorganização societária dentro do grupo econômico da Companhia; (v) transferência das obrigações do instrumento financeiro sem autorização prévia do credor; (vi) alienação de ativos em montante superior ao pré-estabelecido nos respectivos instrumentos de dívida; (vii) destinação dos recursos de forma diversa da estabelecida nos respectivos instrumentos de dívida. O contrato de debênture da Companhia possui cláusula restritiva de "cross default" que estabelece a antecipação das dívidas na ocorrência do não cumprimento de obrigações contratuais da Companhia e de sua controladora Ecorodovias Concessões e Serviços S.A. Em 31 de dezembro de 2022, não existe evento de vencimento antecipado de dívida relacionado a esta cláusula restritiva. A Taxa Interna de Retorno (TIR) das transações está demonstrada a seguir:

Companhia	Natureza	Circulante	Não circulante	Passivo	Resultado
Ecorodovias Concessões e Serviços S.A. (a)	Controladora	-	4.074	1.734	- 4.208
Ecorodovias Concessões e Serviços S.A. (b)	Controladora	-	-	-	- 269
Consórcio Alças da Ponte (c)	Outras partes relacionadas	-	6.697	-	-
Eco050 - Concessionária de (d)	Outras partes relacionadas	-	-	12	-
Ecorodovias Concessões e Serviços S.A. (e)	Controladora	-	-	144	-
Total em 31 de dezembro de 2022		-	10.771	1.890	269
Total em 31 de dezembro de 2021		28	18.313	7.722	247

(a) A EcoRodovias Concessões e Serviços S.A. é controladora direta da Companhia que detém 100% da investida, presta serviços administrativos, financeiros, de recursos humanos, de tecnologia da informação, de engenharia e de compras corporativas. O valor anual dos contratos estabelecidos entre as empresas de serviços é de R\$10.783, com vigência de 12 meses, vigorando de janeiro a dezembro de cada ano. Em 31 de dezembro de 2022 o saldo em aberto a pagar de R\$1.878 (de serviços já realizados), tem vencimento em até 45 dias e não estão sujeitos a encargos financeiros e não foram concedidas garantias aos credores. (b) A Companhia e sua Controladora Ecorodovias Concessões e Serviços S.A. assinaram Contrato de Permissão de uso de faixa de domínio em que a Companhia cede para sua Controladora o direito de exploração de sua faixa de domínio, em contrapartida foi celebrado um contrato de Locação de Fibra Óptica (Ecoponte loca da Ecorodovias) pelo mesmo valor da permissão de uso. Em 31 de dezembro de 2022 este valor atualizado é de R\$27 por mês. (c) O Consórcio Alças da Ponte, prestou serviços de execução de serviços de implantação da alça de acesso entre a ponte Rio-Niterói com a linha vermelha e avenida portuária na cidade do Rio de Janeiro. O preço global firmado era de R\$359.499 e o prazo de execução desses serviços foi 28 de fevereiro de 2022. Em 31 de dezembro de 2022 não há saldo em aberto a pagar. (d) O Saldo refere-se a transferência de funcionários entre empresas (provisões de 13º salário e férias), os saldos tem vencimento em até 45 dias, não estão sujeitos a encargos financeiros e não foram cedidas garantias aos credores. (e) O saldo refere-se a repasse de despesas entre as unidades. **Remuneração de administradores** - Os administradores são as pessoas que têm autoridade e responsabilidade pelo planejamento, pela direção e pelo controle das atividades da Companhia. Em 31 de dezembro de 2022, foram pagos aos administradores benefícios de curto prazo (salários, participação nos lucros, previdência privada, bens ou serviços gratuitos ou subsidiados e plano de opções com base em ações), contabilizados na rubrica "Despesas gerais e administrativas". Não foram pagos valores a títulos de: (a) benefícios pós-emprego (pensões, outros benefícios de aposentadoria, seguro de vida pós-emprego e assistência médica pós-emprego); (b) benefícios de longo prazo (licença por anos de serviço e benefícios de invalidez de longo prazo); e (c) benefícios de rescisão de contrato de trabalho. Em Assembleia Geral Ordinária foi definida a remuneração global anual dos administradores da Companhia para o exercício de 2022 em R\$1.186 (R\$1.260 em 31 de dezembro de 2021). A Administração da Companhia convocará AGO dentro dos primeiros quatro meses do ano de 2022, para entre outras coisas, deliberar sobre a remuneração dos administradores para o exercício social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2022. Adicionalmente, na mesma AGO, a Administração proporá aos acionistas a reificação do valor da remuneração global anual dos administradores da Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 para R\$1.320, o qual foi efetivamente pago e refletido nas demonstrações financeiras. A remuneração provisionada aos administradores no exercício está demonstrada a seguir:

	31/12/2022	31/12/2021
Remuneração (fixa/variável).....	1.052	922
Remun. com base em ações (Phantom Stock Option/Restricted Stock).....	(78)	42
Seguro de vida.....	3	2
Assistência saúde.....	47	58
Previdência privada.....	46	31
FGTS.....	55	51
INSS (sobre salários, plano de retenção e Incentivos de longo Prazo - ILP (Phantom Stock Option - PSO + Phantom Restricted Stock - PRS).....	195	173
	1.320	1.279

17. Obrigações com poder Concedente

	31/12/2022	31/12/2021
Parcelas:		
Taxa de fiscalização.....	355	317
	355	317
Circulante.....	355	317

Conforme contrato da Companhia, o valor anual a título de verba de fiscalização consistirá num montante de R\$2.524 divididos em 12 parcelas e deverá ser recolhido em favor da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) até o 5º dia útil do mês subsequente ao vencido. A verba será reajustada anualmente, na mesma data e percentuais dos reajustes da tarifa de pedágio. Em 31 de dezembro de 2022, o valor mensal da parcela reajustada é de R\$355 (R\$317 em 31 de dezembro de 2021). A movimentação está demonstrada a seguir:

	31/12/2022	31/12/2021
Saldo no início do exercício.....	317	297
Custo (vide Nota Explicativa nº 23).....	4.070	3.700
Pagamento do principal.....	(4.032)	(3.680)
Saldo no final do exercício.....	355	317

a) **Informações sobre o Contrato de Concessão - Contratante:** Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT - Data da assinatura: 18 de maio de 2015 (início do prazo da concessão em 01 de junho de 2015, data da assinatura do Termo de Arrolamento e Transferência de Bens). **Objeto da Concessão:** Explora pelo regime de concessão a Infraestrutura e a prestação de serviço público de operação, manutenção, monitoração e conservação e implantação de melhorias do sistema rodoviário, mediante a cobrança de tarifa de pedágio, da BR-101/RJ: Trecho de Acesso à Ponte Presidente Costa e Silva (Niterói) - Entr. RJ-071 (Linha Vermelha) - "Ponte Rio-Niterói", com 28,7km de extensão. O contrato foi contabilizado como ativo intangível. **Índice de reajuste:** IPC-A. Data de reajuste: 1º de junho de cada ano. **Prazo de vigência:** 31 de maio de 2045. O Contrato de Concessão, poderá ser prorrogado, a exclusivo critério do Poder Concedente, por até 30 (trinta anos), nas seguintes hipóteses: (i) por imposição do interesse público, devidamente justificado; (ii) em decorrência de força maior, devidamente comprovada; e (iii) para recomposição do equilíbrio econômico-financeiro, quando exigidos pelo Poder Concedente novos investimentos ou serviços, não previstos no Programa de Exploração Rodoviária - PER, ou em decorrência de sua alteração. No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, não ocorreram mudanças e/ou aditivos ao Contrato de Concessão. **Casos de extinção:** Conforme cláusula 29 do Contrato de Concessão, a Concessão extinguir-se-á por: (a) advento do termo contratual (prazo final do contrato); (b) encampação; (c) caducidade; (d) rescisão; (e) anulação; ou (f) falência ou extinção da Companhia. **Reversão dos Bens:** Extinta a Concessão, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração do Sistema Rodoviário, transferidos à Companhia, ou por ela implantados, no âmbito da Concessão. No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a receita e o custo de construção totalizaram R\$25.621, não gerando lucros ou prejuízos na prestação de serviços de construção em troca do ativo intangível objeto do Contrato de Concessão. Conforme descrito na Nota Explicativa nº 20 Provisão para Manutenção, a Companhia tem a obrigação de realizar manutenções periódicas para manter a infraestrutura concedida com um nível específico de operacionalidade ou de recuperar a infraestrutura na condição especificada antes de devolvê-la ao Poder Concedente ao final do Contrato de Concessão. A Companhia estima o montante relacionado a seguir, em 31 de dezembro de 2022, a cumprir com as obrigações de realizar investimentos, recuperações e manutenções até o final do Contrato de Concessão. Esses valores poderão ser alterados em razão de adequações contratuais e revisões periódicas das estimativas de custos no decorrer do período de concessão, sendo pelo menos anualmente verificadas.

	Previsão até o fim da concessão 31/12/2022	31/12/2021
Natureza dos custos:		
Melhorias na infraestrutura.....	177.654	182.862
Conservação especial (manutenção).....	186.030	187.979
Equipamentos.....	104.948	99.822
	468.632	470.663

Série	Data nominal	Valor nominal	Despesas com emissão líquido	Valor de juros	Taxa TIR
Série única	19/11/2019	230.000	(15.246)	214.754	4,4% a.a. 10,90%
		230.000	(15.246)	214.754	

15. Passivo de Arrendamento - As obrigações financeiras são compostas como segue:

	31/12/2022	31/12/2021
Obrigações brutas de arrendamento financeiro - pagamentos mínimos de arrendamento:.....	1.029	534
Circulante.....	293	174
Não circulante.....	736	360
A movimentação das informações está demonstrada a seguir:		
	31/12/2022	31/12/2021
Saldo do início do exercício.....	534	526
Adições.....	770	319
Encargos financeiros (vide Nota Explicativa nº 24)	65	54
Pagamento principal.....	(275)	(311)
Pagamento de juros.....	(65)	(54)
Saldo no fim do exercício.....	1.029	534

16. Partes Relacionadas: A Companhia contrata serviços de seus acionistas ou de empresas a eles relacionadas, diretamente ou por meio de consórcio, para execução de obras de conservação, melhorias e ampliação do sistema rodoviário, serviços de consultoria, de recursos humanos, de tecnologia da informação, de engenharia e de compras corporativas. A Companhia está inserida no Grupo EcoRodovias tendo como controladora indireta a EcoRodovias Infraestrutura e Logística, uma sociedade por ações, listada na B3 (Brasil, Bolsa, Balcão), sendo as ações da Companhia negociadas sob a sigla "ECOR3". De acordo com o Estatuto Social da Companhia, compete ao Conselho de Administração aprovar a celebração de contratos entre a Companhia e qualquer um de seus acionistas ou controladores de seus acionistas ou empresas que sejam controladas ou coligadas dos acionistas da Companhia ou de seus acionistas controladores, sendo facultado a qualquer membro do Conselho de Administração solicitar, previamente e em tempo hábil, a elaboração de uma avaliação independente realizada por empresa especializada que revisará os termos e condições da proposta de contratação e analisará sua adequação às condições e práticas de mercado (*arm's length basis*). Em 31 de dezembro de 2022 os saldos relativos a operações com partes relacionadas estão apresentados a seguir:

	Ativo	Passivo	Resultado
	Circulante	Não circulante	
			Receita
			Custo
			Despesas
			2022
			2021

Seguros Contratados: A Companhia tem cobertura de seguros considerada suficiente pela Administração, em virtude dos riscos existentes em suas operações. O Contrato de Concessão obriga a concessionária a contratar e manter coberturas amplas de seguros, visando à manutenção e garantia das operações normais. As apólices cobrem responsabilidade civil, riscos de engenharia operacionalis, entre eles, problemas na fase de construção, alterações geológicas, incêndios e desastres naturais (enchentes e deslizamento de terra), danos à propriedade e perda de receita pela interrupção das rodovias. Em 31 de dezembro de 2022, as principais apólices e coberturas são conforme segue:

Natureza	Início Vigência	Final Vigência	Seguradora	Valor Garantia
Natureza Garantia - Operações	31/05/2022	31/12/2023	Fator	253.248
				253.248

18. Provisão para Construção de Obras: Os valores provisionados como obras futuras são decorrentes dos gastos estimados para cumprir com as obrigações contratuais da concessão cujos benefícios econômicos já estão sendo auferidos pela Companhia. Os valores são ajustados a valor presente a taxa de 8,67% a.a., correspondentes às taxas médias ponderadas de captação de empréstimos e financiamentos no ano de constituição da provisão até 31 de dezembro de 2022. A partir de 01 de janeiro de 2020, se houver a necessidade de novas provisões advindas de aditivos contratuais, a taxa de desconto corresponderá ao Custo Médio Ponderado de Capital - CMPC. Essa provisão está de acordo com a orientação do Comitê de Pronunciamentos Contábeis OCP-05 dos itens 31 a 33 que trata dos serviços de construção que não representam potencial de geração de receita adicional, em que a Companhia devem estimar os valores relativos a essas obras e reconhecer seu passivo em contrapartida ao intangível no início da vigência dos termos contratuais. A movimentação e os saldos estão demonstrados a seguir:

	31/12/2021	Efeito financeiro (intangível)	Paga-mento	Efeito financeiro (intangível)	31/12/2022
Constituição da provisão para construção de obras	96.896	-	-	-	96.896
Efeito do valor presente sobre a constituição.....	(11.316)	-	-	-	(11.316)
Realização da construção	(95.282)	-	(103)	-	(95.385)
Ajuste a valor presente - realizações (vide Nota Explicativa nº 24).....	10.203	-	-	71	10.274
Atualização Monetária.....	1.281	(10)	-	-	1.271
	1.782	(10)	(103)	71	1.740
Circulante.....	696	-	-	-	282
Não circulante.....	1.086	-	-	-	1.458

	31/12/2020	Efeito financeiro (intangível)	Paga-mento	Efeito financeiro (intangível)	31/12/2021
Constituição da provisão para construção de obras	96.896	-	-	-	96.896
Efeito do valor presente sobre a constituição.....	(11.316)	-	-	-	(11.316)
Realização da construção	(94.921)	-	(361)	-	(95.282)
Ajuste a valor presente - realizações (vide Nota Explicativa nº 24).....	10.130	-	-	73	10.203
Atualização Monetária.....	534	747	-	-	1.281
	1.323	747	(361)	73	1.782
Circulante.....	138	-	-	-	696
Não circulante.....	1.185	-	-	-	1.086

19. Provisão para Manutenção: Os valores registrados como custo de provisão para manutenção referem-se à estimativa de obrigações contratuais para manter a infraestrutura concedida com um nível específico de operacionalidade ou de recuperar a infraestrutura na condição especificada antes de devolvê-la ao Poder Concedente ao final do Contrato de Concessão. A política da Companhia define que estão enquadradas no escopo da provisão para manutenção as intervenções físicas, de caráter periódico claramente identificado, destinadas a recompor a infraestrutura concedida às condições técnicas e operacionais exigidas pelo contrato ao longo de todo o período de concessão. Os montantes dessas obrigações são registrados a valor presente com a taxa de 8,67% a.a. (9,04% para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021), correspondentes ao Custo Médio Ponderado de Capital - CMPC (*Weighted Average Cost of Capital - WACC* na sigla em inglês). Os valores são provisionados por trecho e as intervenções ocorrem, em média, a cada cinco anos. A movimentação e os saldos estão demonstrados a seguir:

	31/12/2021	Adição (custo)	Paga-mento	Efeito financeiro (intangível)	31/12/2022
Constituição da provisão para manutenção (vide Nota Explicativa nº 23).....	65.352 (2.877)	-	-	-	62.475
Efeito do valor presente sobre constituição (vide Nota Explicativa nº 23).....	(15.182) (1.027)	-	-	-	(16.209)
Realização da manutenção.....	(36.345)	-	(7.714)	-	(44.059)
Ajuste a valor presente - realizações (vide Nota Explicativa nº 24).....	9.913	(3.904)	(7.714)	2.225	12.138
	23.738	(3.904)	(7.714)	2.225	14.345
Circulante.....	6.062	-	-	-	2.870
Não circulante.....	17.676	-	-	-	11.475

	31/12/2020	Adição (custo)	Paga-mento	Efeito financeiro (intangível)	31/12/2021
Constituição da provisão para manutenção (vide Nota Explicativa nº 23).....	64.349	1.003	-	-	65.352
Efeito do valor presente sobre constituição (vide Nota Explicativa nº 23).....	(13.217) (1.965)	-	-	-	(15.182)
Realização da manutenção.....	(26.215)	-	(10.130)	-	(36.345)
Ajuste a valor presente - realizações (vide Nota Explicativa nº 24).....	6.917	-	-	2.996	9.913
	31.834	(962)	(10.130)	2.996	23.738
Circulante.....	14.221	-	-	-	6.062
Não circulante.....	17.613	-	-	-	17.676

20. Provisão para Perdas Cíveis e Trabalhistas - Política contábil: A Companhia faz parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A movimentação da provisão no exercício é conforme segue:

	Cíveis (a)	Trabalhistas (b)	Total
Saldos em 01 de janeiro de 2022.....	49	4	53
(+/-) Complemento (reversão) de provisão	15	(3)	12
(-) Pagamentos.....	(38)	-	(38)
(+) Atualização monetária.....	3	(1)	2
Saldos em 31 de dezembro de 2022.....	29	-	29

	Cíveis (a)	Trabalhistas (b)	Total
Saldos em 01 de janeiro de 2021.....	29	4	33
(+/-) Complemento (reversão) de provisão	27	3	30
(-) Pagamentos.....	(14)	(3)	(17)
(+) Atualização monetária.....	7	-	7
Saldos em 31 de dezembro de 2021.....	49	4	53

(a) Processos cíveis: O valor provisionado corresponde principalmente a processos envolvendo pleitos de indenização por perdas e danos, oriundos de acidentes ocorridos nas rodovias, não existindo processos de valor individual relevante. A Companhia possui outros processos de natureza cível totalizando R\$41.407 em 31 de dezembro de 2022 (R\$30.503 em 31 de dezembro de 2021), oriundos de acidentes e multas administrativas, avaliados como perdas possíveis pelos advogados e pela Administração, portanto, sem constituição de provisão. (b) Processos trabalhistas: O valor provisionado corresponde, principalmente, a pleitos de indenização por acidentes do trabalho e reclamações de horas extras, não existindo processos de valor individual relevante. Em 31 de dezembro de 2022, existem outros processos de mesma natureza que totalizam R\$722 (R\$2.613 em 31 de dezembro de 2021), que foram avaliados como perdas possíveis pelos consultores legais e pela Administração, portanto sem constituição de provisão. (c) Processos tributários Em 31 de dezembro de 2022, existem alguns processos de natureza tributária que totalizam R\$584 (R\$543 em 31 de dezembro de 2021), os quais foram avaliados como perdas possíveis pelos advogados e pela Administração; portanto, sem constituição de provisão.

21. Patrimônio Líquido - a) Capital social: O capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 é de R\$147.368, representados por 147.367.960 ações ordinárias respectivamente, nominativas e sem valor nominal, todas pertencentes a Ecorodovias Concessões e Serviços S.A. b) Reserva de lucros - legal: Constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício ajustado, limitada a 20% do capital social. Em 31 de dezembro de 2022, o saldo é de R\$11.002 (R\$9.284 em 31 de dezembro de 2021). c) Reserva de lucros - Orçamento de Capital: Constituída nos termos dos artigos 25 e 196 da Lei nº 6.404/76, parágrafo primeiro da Instrução CVM nº 480. O saldo da reserva de orçamento de capital em 31 de dezembro de 2022 é de R\$81.653 (R\$57.175 em 31 de dezembro de 2021). O referido valor constituído com base no resultado de 31 de dezembro de 2022, será referendado na Assembleia Geral Ordinária que será convocada pela administração para os primeiros quatro meses de 2023. d) Dividendos e juros sobre o capital próprio: Aos acionistas é garantido um dividendo e/ou juros sobre o capital próprio de, pelo menos, 25% do lucro líquido do exercício ajustado, calculado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76. O montante de R\$4.069, pago no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, refere-se a: (i) R\$3.469 dividendos mínimos obrigatórios de 2021 aprovado na Assembleia Geral Ordinária de 26 de abril de 2022; e R\$R\$600 de IRRF sobre juros sobre capital próprio (dos R\$4.000 contabilizados), do exercício de 2022. O saldo de R\$7.559, registrado no passivo circulante, refere-se a: (i) R\$4.159 dividendos mínimos obrigatórios; e (ii) R\$3.400 de juros sobre o capital próprio, ambos do exercício findo em 31 de dezembro de 2022, conforme demonstrado no quadro a seguir. A Companhia tem a expectativa de pagá-lo em menos, de doze meses, a depender de deliberação da próxima Assembleia Geral Ordinária. O cálculo dos dividendos é como segue:

	31/12/2022	31/12/2021
Lucro líquido do exercício.....	34.355	14.606
Constituição da reserva legal.....	(1.718)	(730)
Base de cálculo dos dividendos.....		

CONCESSIONÁRIA PONTE RIO-NITERÓI S.A. - ECOPONTE			Taxa de Próximos Entre 13 e Entre 25 e 37 meses						
CNPJ/MF nº 22.163.297/0001-49 - NIRE 33.300.315.993			Modalidade	Juros efetiva	12 meses	24 meses	Entre 13 e 25 meses	Entre 25 e 37 meses	em diante
Dívida (i)	31/12/2022	31/12/2021	BNDES	TJLP +	8.605	8.605	8.605	8.605	57.370
Caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras - conta reserva - vinculados	507.024	498.469	BNDES	TJLP +	17.824	17.824	17.824	17.824	124.770
Dívida líquida	(158.674)	(137.664)	BNDES	TJLP	243	243	243	243	1.700
Patrimônio líquido (ii)	348.350	360.805	BNDES	TJLP +	9.161	9.161	9.161	9.161	77.866
Índice de endividamento líquido	240.169	213.973	BNDES	IPCA +	22.584	21.991	24.479	24.479	528.932
(i) A dívida é definida como empréstimos e financiamentos, debêntures, passivo de arrendamento e obrigações com Poder Concedente circulantes e não circulantes, conforme detalhado nas Notas Explicativas nºs 13, 14, 15 e 17. (ii) O patrimônio líquido inclui todo o capital e as reservas da Companhia, gerenciados como capital. Considerações gerais: • A Administração da Companhia eleger as instituições financeiras com as quais as aplicações financeiras podem ser celebradas, além de analisar a melhor estratégia de limites para a alocação de recursos e valores a serem aplicados em cada uma delas. As aplicações financeiras são definidas como custo amortizado. • Aplicações financeiras e aplicações financeiras conta reserva: são formadas por fundos de investimentos em renda fixa, remunerados a taxa média ponderada de 102,4% do CDI em 31 de dezembro de 2022, e refletem as condições de mercado nas datas dos balanços. (Em 31 de dezembro de 2021 era 101,8% do CDI). • Clientes e fornecedores: decorrem diretamente das operações da Companhia, são classificados como custo amortizado e estão registrados pelos valores originais, sujeitos à provisão para perdas e ajuste a valor presente, quando aplicável. • Empréstimos e financiamentos, debêntures, passivo de arrendamento e obrigações com Poder Concedente: classificados como outros passivos financeiros, portanto, mensurados pelo custo amortizado. Valor justo de ativos e passivos financeiros: Os valores contábeis e de mercado dos instrumentos financeiros da Companhia em 31 de dezembro de 2022 são como segue:	1,45	1,69	Passivo de arrendamento ..	individual	293	242	161	333	
Classificação - Custo amortizado	Saldo contábil	Valor justo	Juros a incorrer						
Ativos:			Operação						
Caixa e bancos (i)	3.101	3.101	Risco provável						
Clientes (ii)	9.230	9.230	Cenário I						
Aplicações financeiras e aplicações financeiras conta reserva (i)	161.706	161.706	II -25%						
Passivos:			III -50%						
Fornecedores (ii)	5.590	5.590	Cenário I						
Empréstimos e financiamentos (iii)	238.134	236.578	II -25%						
Debêntures (iii)	267.506	219.802	III -50%						
Passivo de arrendamento (iii)	1.029	1.029	Cenário I						
Obrigações com Poder Concedente (iii)	355	355	II -25%						
Classificação - Valor justo através do resultado	Saldo contábil	Valor justo	Cenário I						
Phantom Stock Option (iv)	73	73	II -25%						
(i) Os saldos de caixa e aplicações financeiras e aplicações financeiras - conta reserva aproximam-se do valor justo na data do balanço. (ii) Os saldos das rubricas de "Clientes" e "Fornecedores" possuem prazo de vencimento em até 45 dias, portanto, aproximam-se do valor justo esperado pela Companhia. (iii) Os empréstimos, financiamentos, debêntures, passivo de arrendamento e obrigações com Poder Concedente estão registrados ao custo amortizado na data do balanço. Gestão de riscos: A estratégia de gestão de riscos envolve cinco linhas para proteger a Companhia de riscos relevantes:			Cenário I						
Risco	Subcategoria		Cenário I						
Estratégico..	Político, fusões e aquisições, poder concedente/contratual, concorrência; Capex, desastres naturais, processos, segurança rodoviária, segurança patrimonial, tráfego, condições climáticas, saúde e segurança, meio ambiente, engenharia, tecnologia da informação, tecnologia de automação e infraestrutura;		Cenário I						
Operacional	Índices financeiros, crédito, liquidez e câmbio;		Cenário I						
Financeiro...	Ética empresarial, regulamentação, normas internas e casos de não conformidade; e		Cenário I						
Compliance.	Reputacional	Imagem, credibilidade e reputação.	Cenário I						

Conselho de Administração		Diretoria	
Membros Efetivos:	MARCELLO GUIDOTTI (Presidente do CA) ALBERTO LUIZ LODI RUI JUAREZ KLEIN RODRIGO JOSÉ DE PONTES SEABRA MONTEIRO LUIZ CEZAR CORREA VELLOSO EDUARDO AUGUSTO ALCCKMIN JACOB		Diretor Presidente - ALBERTO LUIZ LODI Diretor Superintendente e de Relações Investidores - JÚLIO CEZAR MOREIRA DE AMORIM
			Contador: HUGO RAFAEL MITZ CRC 1PR050369/O-4 T' RJ

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas
Concessionária Ponte Rio-Niterói S.A. - Ecoponte

Opinião
Examinamos as demonstrações financeiras da Concessionária Ponte Rio-Niterói S.A. - Ecoponte ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.
Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Concessionária Ponte Rio-Niterói S.A. - Ecoponte em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião
Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria
Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
Reconhecimento de receita de arrecadação de pedágio (Notas 3(f) e 22) A receita da Companhia é gerada por um grande volume de transações de baixo valor individual, decorrente de passagem de usuários pelas praças de pedágio da rodovia administrada pela Companhia. Essas transações são controladas por sistema de passagem próprio que são posteriormente somadas e inseridas nos sistemas financeiro e contábil da Companhia. Os valores das tarifas de pedágio são pactuados e reajustados anualmente baseados no contrato de concessão. Essa área foi considerada como umas das principais em nossa auditoria em virtude da relevância da receita de arrecadação de pedágio, do grande volume de transações em distintas praças de pedágio, bem como dos processos que suportam o reconhecimento da receita.	Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o entendimento dos principais controles internos estabelecidos pela administração para reconhecimento da receita de arrecadação de pedágios, bem como para a inserção das informações do sistema de passagem nos sistemas financeiro e contábil. Efetuamos testes de reconciliação entre a receita gerada pelo sistema de passagem durante o exercício e os sistemas financeiro e contábil, bem como com os registros fiscais da Companhia. Em base amostral, recalculamos o valor da receita por meio de comparação do valor da tarifa de pedágio divulgada no Diário Oficial da União, com o valor efetivamente cobrado pela Companhia. Os resultados desses procedimentos nos proporcionaram uma base razoável de reconhecimento de receita e estão consistentes com as informações incluídas nas demonstrações financeiras.
Redução ao valor recuperável do ativo intangível - contratos de concessão (Notas 3(b) e 11) Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia tem registrado em seu ativo intangível o montante de R\$ 612.003 mil referente ao valor contábil dos investimentos em infraestrutura efetuados em conexão com o contrato de concessão. Esses investimentos possuem expectativa de recuperação ao longo da concessão, baseada no recebimento de pedágio por parte dos usuários. A capacidade de recuperação desse ativo é avaliada com base em projeções descontadas a valor presente dos fluxos de caixa futuros, com alto grau de julgamento em relação às estimativas e premissas consideradas pela administração que são afetadas por condições macroeconômicas e de mercado. Entre as premissas que mais impactam o valor recuperável constam as perspectivas de crescimento, os ajustes tarifários, a estimativa de investimentos e a taxa de desconto utilizada. Variações nesses julgamentos e premissas podem trazer impactos relevantes nas referidas estimativas e, consequentemente, nas demonstrações financeiras.	Entre outros procedimentos, efetuamos o entendimento dos controles internos relevantes para a determinação do valor recuperável, incluindo a definição e revisão das premissas relevantes adotadas pela administração. Adicionalmente, testamos, com o apoio de nossos especialistas internos, a consistência das informações e principais premissas utilizadas pela administração da Companhia, incluindo as projeções de crescimento dos fluxos de tráfego, os ajustes tarifários a estimativa de investimentos e a taxa de desconto, mediante comparação com o orçamento elaborado pela administração e informações e dados públicos e internos. Avaliamos a competência, objetividade e capacidade de especialistas externos contratados pela administração para apoio na determinação dos fluxos de tráfego. Nossos procedimentos de auditoria demonstraram que os critérios e premissas utilizados pela administração são razoáveis e as divulgações consistentes com dados e informações obtidos.

Outros assuntos
Demonstração do Valor Adicionado
A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está concluída com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor
A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.
Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.
Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.
Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras
A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.
Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.
Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.
Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras
Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.
Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.
Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.
Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.